

CORPO E ALMA DO BRASIL

Direção do
Prof. Fernando Henrique Cardoso

XXIII
Maio de 1974



MANUEL NUNES DIAS — FERNANDO A.
NOVAIS — EMÍLIA VIOTTI DA COSTA —
VIRGÍLIO NOVA PINTO — JOSÉ RIBEIRO
JÚNIOR — MARIA DO CARMO CAMPHELLO
DE SOUZA — BORIS FAUSTO — LOURDES
SOLA — GABRIEL COHN — PAULA
BEIGUELMAN — JAIME PINSKY E NILO
ODÁLIA

BRASIL EM PERSPECTIVA

Prefácio do
PROF. JOÃO CRUZ COSTA

*Organização
e Introdução de*
CARLOS GUILHERME MOTA
5.^a edição

DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO
Rua Marquês de Itu, 79
Rua Bento Freitas, 362 - 6.^o
SÃO PAULO



O PROCESSO POLÍTICO-PARTIDÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

MARIA DO CARMO CAMPELLO DE SOUZA

“A autonomia das províncias é para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da Federação, baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso partido.”

(1870) — Trecho do Manifesto do Partido Republicano.

A República viria concretizar tais idéias.

A Constituição Brasileira de 1891 impôs a forma federativa de governo e a importância dos Estados para a recém-inaugurada ordem política. A imagem do Estado, a sua importância, seu controle político, foram os principais temas de congressistas e juristas responsáveis pela elaboração da Carta Constitucional. Esta assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários ⁽¹⁾.

1) O problema da descentralização da Justiça se revelou fundamental à instituição do regime federativo. A defesa de nova legislação judiciária, adaptada à importância dos Estados no quadro político, foi feita principalmente por Campos Sales — Ministro da Justiça — autor de um projeto que invocava a unidade de direito e dualidade

Os inúmeros direitos estaduais compunham a seção intocável da Constituição republicana. Os embates violentos e as cisões políticas havidas no correr da história do período fizeram-se certamente em torno do princípio da autonomia estadual.

A Constituição instaurou, por outro lado, o presidencialismo. Fez assim a passagem de um regime monárquico, que resguardava contra os interesses da política o posto do chefe supremo da nação, para uma estrutura que se firma e revigora nas sucessões presidenciais, momentos decisivos da vida política que se inaugurava.

Ao instituir o regime representativo democrático, as leis republicanas abriam — embora formalmente — a participação no processo político a um grande contingente eleitoral antes marginalizado.

Federalismo, presidencialismo e ampliação do regime representativo são as três grandes coordenadas legais da Primeira República. Nossa análise irá se referir a elas, associadas às características de uma estrutura econômica definida pela grande propriedade. Não iremos, entretanto, nos deter na descrição sociológica do latifúndio, já por demais conhecida. Bastará para nosso propósito atentar nas linhas gerais do quadro econômico do país.

de magistratura. A aceitação pela maioria maciça do Congresso é ilustrada por trechos de discursos parlamentares:

“Perguntarei ao ilustre autor da emenda o que veio fazer no Brasil a República, quando quereis que o regime inaugurado a 15 de novembro, modificando os costumes, afetando a organização política e administrativa do país, não afete igualmente a organização do poder judiciário?...”

... Ss. Excias. hão de convir que há poderes inerentes aos Estados, como Estados, como entidades autônomicas... e neste caso, a União, a única soberana na opinião de Ss. Excias., encontrarão o limite de seus poderes nos poderes dos Estados”... (Augusto de Freitas — Anaes do Congresso Constituinte Nacional, vol. II, pág. 68 — sessão 6-1-1891).

“Há porventura, maior perigo para os Estados do que deixá-los entregues a uma magistratura da União nomeada pelo poder central e superior a todas as autoridades locais?...”

Se querem uma magistratura unitária, independente dos Estados, aceitem em tudo as leis da União... declarem impossível a Federação”. (Justiniano Serpa — Anaes do Congresso Constituinte Nacional, vol. I, pág. 462 — sessão 31-12-1891).

O Brasil, marcado pelas características de seu desenvolvimento como colônia exportadora de matérias-primas, apresentava-se como um ajuntado de unidades primário-exportadoras em vários estágios de evolução, dependente cada uma dos embalos da demanda externa para a determinação de seu peso e importância na economia do país. Cada unidade produtora atrelava-se ao mercado internacional, indiferente à sorte das demais e independente delas. Quando o elo que as ligava — o mercado nacional de escravos — se desfez, resultou o país composto de pequenas seções justapostas, que conservavam entre si alguns frágeis vínculos, suficientes apenas para que a nação não se desintegrasse totalmente.

A Carta Constitucional Republicana parece ter vindo propiciar os meios jurídicos para o funcionamento de uma estrutura que a precedera historicamente.

Dentre as regiões produtoras, uma, a cafeeira, localizada no centro-sul do país, constituíra-se como pólo dinâmico da economia. Suas necessidades de expansão, estimuladas pelo mercado externo, estavam contidas pela rígida centralização monárquica. Nesse sentido, o movimento republicano, ao lutar pela autonomia regional de modo a promover ligações diretas dos Estados com o mercado internacional sem as injunções da União, simbolizava as reivindicações daquele setor.

Estabelecidos tais pontos, é possível afirmar que a Federação surge em atendimento às necessidades de expansão e dinamização da agricultura cafeeira, desfeitas, já na Abolição, as motivações econômicas que ligavam as várias regiões produtoras.

A ação estatal no primeiro período republicano (1889-1930) vai, portanto, corresponder ao desenvolvimento e às necessidades do novo setor da economia.

A estrutura econômica, baseada no setor cafeeiro, apresentava, porém, características diversas das anteriores, embora ainda definida pelo latifúndio e voltada para o mercado externo. Assumia nova configuração, desde que o país detinha o monopólio da exportação mundial do café⁽²⁾ e a produção agrícola passava a se basear no braço assalariado. A primeira condição assegurava aos produtores uma certa margem de manobra em relação ao mercado exterior quanto às medidas de defesa dos ní-

(2) O Brasil nos fins do século XIX supria em dois terços o mercado mundial de café.

veis de renda e de emprego do setor cafeeiro, concretizadas durante todo o período na "política de valorização do café". Por outro lado, organizado à base do trabalho assalariado, que permitia melhor utilização dos fatores de produção já existentes no país, o quadro cafeeiro propiciou o desenvolvimento de um núcleo urbano-industrial⁽³⁾. Trouxe dentro de si, a possibilidade de transição do país para um tipo de economia mais integrada, baseada no mercado interno. Nele, embora incipientemente estruturado, o desenvolvimento econômico brasileiro encontrou possibilidades de expansão, a partir da década de trinta.

O que nos interessa estabelecer aqui, todavia, é que o quadro político republicano não deve ser entendido como uma série de momentos de suposta luta entre interesses contraditórios do setor exportador e urbano interno. Ligado umbilicalmente à economia cafeeira, crescendo à sombra de sua política econômico-financeira, o setor interno não apresentava qualquer oposição fundamental à estrutura vigente que levasse seus representantes a tentativas de superá-la⁽⁴⁾. Como a evolução do sistema industrial se fez nitidamente vinculada à economia exportadora, surge como problema o estabelecimento de eventual diferenciação ideológica entre seus representantes. A análise da política republicana se torna mais frutífera na medida em que se questiona a natureza e o significado dos laços de solidariedade existente entre a estrutura agrária e a urbana nascente. Desse modo, é possível rever também a noção geralmente aceita de que, à semelhança da revolução burguesa no desenvolvimento capitalista europeu, os interesses urbanos pudessem por si só desmantelar, em 1930, o regime político agrário tradicional.

O desenvolvimento econômico assim entendido, definido no período que nos interessa pela fase de expansão do setor cafeeiro, será o marco de referência sócio-política da Primeira República.

Dadas as linhas gerais que definem o quadro legal e econômico, resta ainda apontar os grupos condutores do processo

(3) Vide Celso Furtado — *Formação econômica do Brasil* — Cap. XXVI — "O fluxo da renda na economia de trabalho assalariado" — Editora Fundo de Cultura, Rio, 1959.

(4) Tais afirmações serão melhor esclarecidas no correr da exposição.

político republicano. Eram de modo geral, os mesmos grupos políticos civis do Império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios especialmente os de propriedade, acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política.

Depois de anos de incidentes e de tentativas para participar na vida política do país, o exército derrubou o Imperador e a Monarquia com o assentimento ou alívio de grande parte dos setores influentes da nação. O golpe vitorioso de Deodoro da Fonseca tornava clara a eficácia do instrumento militar para as providências ou forçosas mudanças de regime.

“Quem garante ao Brasil que a revolução de 15 de novembro será a última? . . . Mas apesar do exército e da marinha, ou sobretudo graças a eles, talvez um dia, n'estas mesmas páginas, um outro chronicista . . . venha contar aos leitores da revista como se desfaz uma revolução no Brasil.”

(.)

A política no Brasil está hoje reduzida à arte de adular com mais ou menos sucesso os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueris. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrado à cauda do cavalo de um general . . .

A Constituição doada pelo sr. Deodoro, é inteiramente de sua própria auctoridade, nenhum representante da nação foi ouvido. Quem garante a observação d'essa lei que pode ser desfeita por quem a fez, sem que haja possibilidades de alguém impedir ou punir a sua violação por parte do soldado onnipotente e irresponsável?

Tudo isto, pois, não passa de um bysantinismo irrisório: todo o mundo sabe que dois regimentos na rua acabam com os plebiscitos, fazem evaporar qualquer governo e desaparecer num momento qualquer Assembléia” (5).

O panorama geral da Primeira República que vimos esboçando, encontra correspondência num sistema político cujo foco

(5) Eduardo Prado — *Fastos da Ditadura Militar no Brasil (1890)*. Livraria Magalhães, São Paulo, 1923, 5.ª edição, págs. 18/19 e 284 a 286.

de poder se localiza nos Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo.

Não obstante o quadro leval instaurado com a República permitir o funcionamento de um Estado democrático, as elites dirigentes, como veremos, não compartilhavam o poder com os novos grupos que tinham teoricamente, assegurada sua representação no processo político.

Assim, a elite proprietária, ao mesmo tempo que aspirava, do ponto de vista ideológico a uma democracia liberal, agia de modo que a participação política se restringisse a seus representantes.

Dentro dos limites de uma primeira abordagem, algumas considerações sobre o Estado republicano, nessa fase, podem ser aventadas. Seu caráter ambíguo, oligárquico, liberal, pode ser aventadas. Seu caráter ambíguo, oligárquico, liberal, pode ser explicado, em grande medida, pelas características do Brasil como país economicamente periférico. A uma nação dependente, para seu desenvolvimento, do mercado exterior, na condição de exportador de bens primários, impunham-se e vinham se impondo no seu passado histórico — os princípios liberais, econômicos e políticos, vigentes nas relações internacionais. O capitalismo do século XIX, invocando a filosofia do direito inalienável dos homens para determinar os limites da interferência do Estado nas relações econômicas, vinculou-se ao *laissez faire*. Tal princípio, que se constituiu num amparo ideológico e institucional das nações mais poderosas, ao ser adotado pelas mais fracas, passou a garantir o sistema de desigualdade, desenvolvido nas relações comerciais entre os diversos países.

As normas liberais que regiam o quadro político e econômico brasileiro, contudo, não devem ser vistas somente enquanto características impostas externamente. Sua utilização foi possível desde que também se revelou instrumental no processo político e econômico do país. Os exportadores brasileiros, especificamente aqueles ligados ao mercado cafeeiro que detinham o monopólio do fornecimento do produto para o consumo mundial, mostravam-se permeáveis à lógica do liberalismo econômico, segundo a qual a liberdade de iniciativa e de comércio resultava no predomínio do melhor produto a menor preço.

Por outro lado, essa mesma condição de monopólio e mais o fato do controle da produção ser exercido por uma classe nativa (e não estrangeira como em outros países latino-america-

nos) permitiu a execução de medidas internas contrárias ao liberalismo econômico. Quando se fizeram necessárias tais medidas, de modo a atender a seus interesses, a classe divergente soube reformular o princípio do Estado não-intervencionista. A política de defesa dos preços do café, do nível de renda e de emprego no setor cafeeiro, foi uma constante na Primeira República.

Assim, enquanto país que se regia pelos interesses pragmáticos dos exportadores de café e que objetivamente dependia do mercado externo na determinação de quotas, preço e inversões, o Brasil podia proclamar o *laissez faire* econômico. Suas condições específicas, entretanto, não permitir-lhe desviar-se do modelo, levando-o a sobrepor-se ao mercado, concretizando no início do século as primeiras medidas de dirigismo econômico⁽⁶⁾.

As normas econômicas liberais exigiam naturalmente correspondência no plano das instituições políticas. Além da influência da Constituição americana — modeladora da Carta de 1891, que invocava o Estado democrático — a absorção do liberalismo político foi possível e desejável internamente, dentro das novas características do quadro político inaugurado. Quebrada a legitimidade da dominação política vigente justificada a partir dos direitos monárquicos, a classe dirigente foi capaz

(6) O convênio de Taubaté, realizado em 1906, representou a primeira medida governamental efetiva, para defender os preços do café.

Pelo acordo desenvolvido entre os Estados cafeeiros, o governo passaria a comprar e estocar o excesso da produção, equilibrando os quadros de oferta e procura de modo a manter o nível alto dos preços. Tal política foi efetuada, embora representasse severo prejuízo às firmas importadoras intermediárias, desde que o preço do produto no mercado consumidor se mantinha praticamente inalterado. Paralelamente à política de defesa, foram instituídas medidas financeiras, destinadas a proteger a renda dos cafeicultores. A Caixa de Conversão, organismo que executava as medidas propostas, favorecia o exportador, comprando-lhe as divisas estrangeiras auferidas, por preço superior ao do mercado. Como a política instaurada implicava na quebra do padrão monetário, foi combatida por alguns grupos financeiros ingleses. Estes opinavam que o abandono do saneamento financeiro, antes adotado pelo governo brasileiro, podia dificultar o pagamento de suas divisas externas. Não tardaram, porém, estes mesmos grupos e outros a tirar proveito do sistema, financiando para o governo a compra do café. Embora o capitalismo internacional se beneficiasse com a nova orientação — fatal consequência da natureza de suas relações com um país periférico — coube aos interesses internos a decisão intervencionista, dentro das limitações de uma nação dependente do mercado externo.

de utilizar o mecanismo da ampliação do regime representativo como meio de manter a eficácia e validade de sua posição perante a coletividade. O poder republicano, se pretendesse se legitimar em termos de uma classe minoritária, teria escassas possibilidades de sobrevivência.

Ao nível da prática política, porém, o sistema liberal não podia se efetivar em todo o país. A inclusão dos demais grupos sociais no processo político acabaria por pressionar os fundamentos da estrutura de poder necessários à manutenção do sistema produtivo monocultor-latifundiário existente. A proclamação republicana pode, assim, ser vista como uma fórmula de sobrevivência utilizada pela sociedade agrária, cabendo-lhe o monopólio do uso do poder em nome da nação.

A existência de um marco institucional avançado em relação ao funcionamento concreto dos quadros político-sociais vigentes, permitiu que em momentos críticos — no fim da Primeira República por exemplo — o grupo dominante pudesse utilizar elementos constitutivos desse marco, ainda não efetivados, de modo a dinamizar seu próprio poder. Na existência de uma estrutura política flexível, a cúpula dirigente encontrou mais tarde meios de renovar-se no poder, ampliando efetivamente as bases de legitimação política.

É no quadro de referência acima delineado que se insere a análise da estrutura político-partidária da Primeira República. A partir da história de alguns momentos políticos do período, esperamos mostrar as linhas gerais da constituição e funcionamento do processo da "política dos governadores", definidor dessa estrutura.

Instituída a forma federativa de governo, os anos que vão da Proclamação da República aos princípios do quadriênio Campos Sales (1889-1900) definem-se, no nível político, pela luta em torno da formação das estruturas de dominação nos Estados.

A quebra dos quadros políticos estaduais, terminada a Monarquia, trouxe ao Governo Provisório da República problemas bastante sérios, relativos à reorganização dos poderes estaduais, cujo controle era desejado por várias facções. A forma federativa de governo estabelecida com a República, ao transferir o foco do poder para os Estados, tornou a organização destes um problema fundamental do novo regime. A não ser o princípio da autonomia estadual, basicamente, não havia nenhuma idéia nova ou aspiração relativas à ordem administrativa, capazes de

caracterizar intuítos em contraste que dessem sentido ideológico às lutas partidárias que se iniciavam.

Cinco dias após a Proclamação da República (20-11-1889), Deodoro da Fonseca expediu um decreto com o objetivo de regularizar, provisoriamente, as várias unidades da Federação. Nomeou juntas governativas para cada Estado até que fosse votada a Carta Constitucional brasileira que determinaria as condições legais para a estruturação política dos Estados.

Logo foi convocada uma Assembléia Constituinte destinada à discussão e votação de uma Constituição para o Brasil republicano.

Antes mesmo de ser promulgada a Constituição (24-2-1891), o Governo Provisório com suas medidas centralizadoras conseguiu que parte da Assembléia Constituinte viesse a lhe declarar luta, desde que nela estavam representados os desgostosos grupos partidários, preteridos em seus Estados pelas primeiras medidas do governo federal.

A exceção dos representantes das várias cúpulas então dominantes em cada Estado, todos os outros levantavam a bandeira de defesa do princípio da autonomia estadual, afirmando que a revolução de nada servira aos ideais federalistas reivindicados. Paralelamente, a perturbação política local chega a refletir-se no Congresso Constituinte.

Elementos do P.R.P. (Partido Republicano Paulista), grupo forte desde que precedera à República e que concorrera organizadamente para sua proclamação, reagiram contra as medidas "unionistas" do chefe do Governo Provisório:

"... jamais seríamos um embaraço ao governo desde que este, por sua vez, não tentasse impedir a consagração dos nossos princípios na Constituinte; éramos unionistas, mas não duvidaríamos ir até a separação, si houvesse no governo quem tentasse fundar uma República unitária" (7).

A oposição cresceu com a demissão coletiva do primeiro Ministério Republicano; substituído por outro, este se tornou suspeito aos novos grupos políticos desde que só apresentava um "republicano histórico" em suas fileiras.

(7) Campos Sales — *Da Propaganda à Presidência* — Typ. "A Editora", Lisboa, 1908 — pág. 61.

A cisão dos políticos civis juntava-se outra desenvolvida dentro do grupo militar no interior do Congresso. As dissidências procuraram então se reunir.

Aproximava-se a eleição constitucional do Presidente da República, que deveria ser feita pelo Congresso. Deodoro da Fonseca, responsável pelo golpe militar que instalara a República e chefe do Governo Provisório, era o candidato natural.

Nesse momento a oposição parlamentar iniciou a coordenação do nome do Marechal Floriano Peixoto. Tal articulação tinha como diretores os políticos Demétrio Ribeiro (deputado pelo Rio Grande do Sul), Gal. José Simeão (senador por Pernambuco) e Contra-Almirante Custódio de Mello (deputado pela Bahia); todos, ressentidos oposicionistas ao Marechal Deodoro, pelas medidas impostas nos Estados e contrárias a seus interesses.

A aliança entre São Paulo e Deodoro, que já se mostrava muito fraca, finalmente foi quebrada com o lançamento de Prudente de Moraes (Presidente do Senado pelo Partido Republicano Paulista) como candidato à Presidência dos opositores ao governo federal. Acompanhava-o na chapa Floriano Peixoto, numa articulação que pretendia canalizar, de um só golpe, a forte bancada paulista e parte do exército.

A partir desse momento começou a ser colocada a questão de saber para que lado penderia a maior parte do grupo militar.

O balanço das forças militares indicava que, senão a totalidade, a maior parte dos corpos de guarnição tinha tomado o partido de Deodoro e — corriam rumores — o aclamariam ditador caso fosse outro candidato vencedor na Constituinte. Temendo essa possibilidade Campos Sales, mais tarde, diria que procurava convencer o grupo paulista a recuar, baseando-se nas seguintes ponderações:

"... a candidatura de Prudente, levada exclusivamente como estratégia de guerra contra Deodoro, a meu ver não contava como elemento de êxito;

- dado, porém, o seu triunfo, parecia certo que uma parte do Exército, pessoalmente dedicado a Deodoro, não se resignaria a deixá-lo cair...
- nestas condições, o primeiro efeito da vitória do candidato civil seria uma divisão e, consequentemente, um choque entre duas facções do Exér-

cito, acarretando as mais funestas consequências e até a guerra civil;

- na hypothese mais provavel, sinão certa, de prevalecer a candidatura de Deodoro, devíamos prever que o seu governo não deixaria de adoptar contra nós uma política de reacção, afastando da direcção, no nosso Estado, como nos outros, o elemento republicano...⁽⁸⁾.

Embora Prudente de Moraes não retirasse sua candidatura, parte da opposição recuou não querendo se arriscar a um movimento militar que ocorreria caso se mantivesse inflexível e que certamente a marginalizaria no poder.

Deodoro da Fonseca venceu a eleição por pequena margem de votos. Mesmo assim, o Congresso acentuou sua prevenção contra o Governo Provisório dando ao Marechal Floriano, candidato à vice-presidência pela opposição, maior número de votos que os dados a Deodoro, derrotando o Almirante Wandenkolk, nome lembrado pelo governo para prestigiar a Marinha⁽⁹⁾.

A bancada paulista contentava-se na espera de circunstâncias mais favoráveis, certa dos frutos de sua aliança com o grupo militar fiel a Floriano.

Após a eleição presidencial tornou-se necessária a organização legal dos Estados. Sob os conselhos do Barão de Lucena, figura dominante no governo, iniciaram-se as reviravoltas das políticas estaduais. Os componentes do grupo oposicionista, por ocasião da eleição constitucional de Deodoro, foram afastados da cúpula política em seus Estados ou então mantidos na mesma situação de ostracismo.

No Estado de São Paulo, a eleição de Américo Brasiliense para presidente teve o sentido de arrancar o domínio político local das mãos dos líderes do P.R.P. que se haviam oposto ao Governo Provisório⁽¹⁰⁾. Em todos os outros Estados repetia-se o fenómeno.

(8) Campos Sales — *op. cit.*, págs. 66/67.

(9) Mal. Deodoro da Fonseca recebeu 129 votos — Prudente de Moraes, 97 — Almirante Wandenkolk, 57 — Mal. Floriano Peixoto, 153.

(10) Em São Paulo governava Jorge Tibiriçá, em substituição a Prudente de Moraes que havia sido eleito senador no ano anterior, ambos elementos da mesma facção do partido paulista. No dia 6 de

Como o Congresso Constituinte, ao invés de ser dissolvido, se transformara em Congresso Ordinário, as bancadas permaneceram em seus postos. A maioria delas era formada por deputados e senadores que se encontravam à margem do poder em seus Estados. É fácil perceber a violenta opposição que então se organizou contra o presidente da República, impotente ainda para realizar nova eleição legislativa.

O desentendimento entre Legislativo e Executivo acirrou-se de tal modo que Deodoro da Fonseca, procurando se fortalecer, dissolveu o Congresso e decretou o Estado de sítio. O golpe recebeu o apoio de todos os presidentes de Estados, à exceção de Lauro Sodré no Pará.

“(. . .) mas, no próprio momento em que estas medidas eram postas em prática, os congressistas tratavam, em reunião secreta, de congregar elementos contra a dictadura. . . Uns retiraram-se para levar a agitação aos Estados e outros permaneciam na capital da República, promovendo ahí a aggremação de forças ao mesmo tempo que preparavam e concentravam a acção directora. Entre estes encontravam-se Floriano Peixoto, Wandenkolk, José Simeão e Custódio de Mello. (. . .)

Os chefes de S. Paulo comunicavam-se com a capital da República por meio de emissarios, que cuidadosamente, os punham em contacto com o pensamento director do centro, onde se salientava a personalidade de Floriano Peixoto, vice-presidente, a quem caberia o governo da República, caso triumphasse o contragolpe”⁽¹¹⁾.

Não resistindo à pressão militar que se unira ao grupo civil comandado pelos paulistas, dispostos agora à guerra civil, o Presidente da República renunciou (23-11-1891)⁽¹²⁾.

março de 1891, o presidente do Estado foi demitido de suas funções, tendo sido nomeado e em seguida eleito para o cargo Américo Brasiliense, de acordo com a nova política de Deodoro e Lucena.

(11) Campos Sales — *op. cit.*, págs. 95/96.

(12) O Almirante Custódio de Mello, a 23 de novembro de 1891, tinha também a esquadra revoltada sob seu comando, e enviou ao Presidente da República um “ultimatum” no qual se lhe concedia

A queda de Deodoro da Fonseca pode ser atribuída a duas causas. Uma delas reside nas dissensões surgidas em torno da aprovação de algumas medidas fundamentais à ordem federativa, dificultada pelo presidente da República. Confirmando essas tendências do governo quanto às leis que referiam a ordem política instaurada, Tobias Monteiro, relata:

“Dissolvido o Congresso cabia ao governo esboçar as idéias principais da reforma da constituição. *A que Deodoro considerava capital era a da unidade da magistratura.* Elle costumava mostrar à margem do projecto confeccionado pelo governo provisório as observações que fizera pleiteando-a. . . . *a camara dos deputados* seria reduzida à metade dos seus membros havendo como no senado *igualdade de representação por Estado*. . . . (. . .) mas Deodoro, embora partidário da autonomia administrativa, tendia muito para fortificar a unidade política” (13).

Unidade de magistratura, igualdade de representação estadual, eram normas que sofriam oposição dos “defensores da Federação” e das bancadas majoritárias, de Minas e de São Paulo especificamente. A atitude de Deodoro acabou por ligar a política paulista aos grupos civis e militares oposicionistas, numa união que fora fatal ao governo.

A falência do primeiro governo republicano, prende-se, por outro lado, às divergências entre elementos civis e militares do governo, na disputa do apoio federal às suas facções que lutavam nos Estados. Esse foi o eixo em torno do qual se congregaram os mais violentos opositores do Marechal Deodoro: Demétrio Ribeiro, Aristides Lobo (político de Minas, elemento da facção que se opunha ao Presidente do Estado Cesário Alvim, indicado por Deodoro), Custódio de Mello, José Simeão e, mais tarde, os paulistas Prudente de Moraes, Bernardino de Campos entre muitos outros. A política governamental estava fadada ao desmoronamento desde o momento em que afirmara minorias

o prazo de 4 horas para renunciar. Antes mesmo de começar a bombardear a cidade do Rio de Janeiro, a renúncia de Deodoro foi noticiada.

(13) Tobias Monteiro — *Pesquisas e Depoimentos para a História* — Typ. Aillaud Alves & Cia. — págs. 357/358.

no poder de alguns Estados importantes. Em consequência, verificou-se uma “decalage” entre os interesses dessas minorias e os dos representantes estaduais no Congresso, seus adversários. Caso único na história da Primeira República, Deodoro da Fonseca começou seu governo constitucional em minoria parlamentar.

A ascensão de Floriano Peixoto à presidência da República, exigiu transformações na ordem política da nação. A exemplo do que acontecera antes, foram depostos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Os novos substitutos por sua vez, dissolveram as Assembléias Legislativas e os tribunais judiciários e apearam todas as autoridades para substituí-las por representantes de outras facções locais (14).

Se Floriano houvesse mantido os presidentes de Estado, teria prolongado a luta com o Congresso, cuja maioria se erigira em oposição a Deodoro, exatamente devido à eleição daqueles presidentes. Como na nova ordem federativa as eleições para o Congresso Nacional passavam a depender de quem estivesse no poder nos Estados, a ação do governo federal para com os grupos no poder estadual era o único princípio que traçava a linha de conduta política dos parlamentares. Tal esquema definiu relações entre Executivo-Legislativo durante todo o período republicano.

Dentre os movimentos de deposição efetivados, o do Rio Grande do Sul foi o que trouxe consequências mais sérias, permeando a política nacional nos anos subsequentes. O problema “gaúcho” mostrou-se de tal importância que as posições assumidas em torno dele passaram a determinar aquelas em relação ao próprio governo da República.

Júlio de Castilhos (presidente provisório do Estado e dirigente do Partido Republicano gaúcho) por ter sustentado o golpe de Deodoro, foi destituído quando consumado o contra-golpe. Demétrio Ribeiro apresentava-se como seu sucessor natural, na condição de chefe de uma dissidência republicana que vinha se firmando desde o início do reinado.

(14) As cifras dos governadores e juntas governativas a cujo domínio cada Estado da Federação se submeteu, mostram a turbulência da vida política estadual durante o curto período de dois anos de regime republicano. Por ex. Rio Grande do Norte — 10; Sergipe — 7; Pernambuco — 8; Minas Gerais — 13; Paraná — 11.

Não possuindo, entretanto, grande força eleitoral, este grupo uniu-se a alguns elementos do antigo Partido Liberal, no ostracismo (que sob o Império era dirigido por Gaspar Silveira Martins) formando o Partido Federalista Brasileiro. Demétrio dava, assim, aos liberais gaúchos a entrada para a República e aqueles davam-lhe um partido. Em consequência dessa composição partidária, o governo gaúcho foi entregue a um triunvirato que a representava⁽¹⁵⁾.

Dentro de poucos dias a junta se dissolveu ficando como governador provisório o Gal. Barreto Leite. Por essa ocasião, Silveira Martins (que voltara do exílio a que fora submetido com a Proclamação da República) assumiu a direção do Partido Federalista, opondo-se ao governo e a Demétrio Ribeiro que perde a chefia da agremiação.

No governo federal, as três facções políticas gaúchas tinham seus defensores: o ministro da Agricultura (Antão de Faria) requeria o apoio de Floriano ao governador provisório empossado, ligado a Demétrio; o ministro da Guerra (José Simeão) defendia Silveira Martins; a maior parte da bancada federal gaúcha ligava-se ao grupo de Júlio de Castilhos.

O presidente Floriano Peixoto resolveu permanecer neutro entre os dois grupos republicanos. Quando, porém, Demétrio e Silveira Martins firmaram um acordo político para solucionar o problema das eleições, coagido a decidir pelos republicanos ou gasparistas, pronunciou-se pelos primeiros chefiados por Castilhos. O governo federal dispensava a este grupo tratamento diverso daquele dispensado às outras facções estaduais que haviam apoiado o golpe de Deodoro. A atitude de Silveira Martins, que pretendia um plebiscito para que a nação fosse ouvida sobre a forma de governo a ser adotada no país, mais a necessidade que Floriano tinha do apoio da grande bancada republicana no Congresso, foram responsáveis certamente pela mudança da atitude presidencial.

Em 1892, Castilhos reconquistou o poder do Estado. O revide dos adversários, porém, não demorou. Iniciou-se no Estado uma guerra civil denominada Revolução Federalista que só terminou em 1895.

Em 1893, Custódio de Mello, não se conformando com as medidas de apoio do governo federal aos republicanos do Sul,

(15) Barros Casal, Assis Brasil e Gal. Barreto Leite.

que prejudicava seus interesses, deu início à Revolta da Armada, procurando se aliar aos federalistas. Aderiu à revolta o Almirante Luiz Filipe Saldanha da Gama, identificado com o governo monarquista.

A resistência do Governo Federal aos federalistas no Sul e à revolta da Armada — ambas vinculadas a um sentido de restauração da Monarquia — levou à identificação de Floriano Peixoto com a “consolidação da República”. Até que ponto as diferenças de programa dos dois partidos gaúchos correspondiam a doutrinas particulares é difícil dizer. Gaspar Silveira Martins, no Império, chegou a manifestar preferências pela República, convidando o Gal. Osório a desembainhar a espada pela República. Na Assembléia Legislativa da Província, nos últimos anos da Monarquia, sustentava a tese da indiferença pelas formas de governo. De qualquer modo, a figura de Floriano Peixoto passou a ser o símbolo do republicanismo mais radical. Os grupos estaduais que ascenderam ao poder ou nele se firmaram, durante sua gestão presidencial, identificavam-se e procurariam, nos períodos subsequentes identificar-se com o exército e a “salvação da República”. Os grupos “jacobinos”, como passaram a ser chamados, utilizavam a bandeira do republicanismo puro, como garantia da República e de seu domínio político⁽¹⁶⁾.

Durante todo seu governo, Floriano Peixoto, como seu antecessor, sofreu cerrada oposição no Congresso. De início, esta era formada por elementos identificados com o quadro político anterior, mais tarde aumentada pelos que temiam seu continuísmo na Presidência. O chefe da nação encontrava-se, porém, mais forte que Deodoro. A bancada compacta do P.R.P., que havia dominado a situação política no Estado de São Paulo, e o exército coeso por causa das lutas armadas surgidas no país, deram-lhe o apoio necessário para se firmar no Congresso e no poder⁽¹⁷⁾.

(16) Júlio de Castilhos, após a morte de Floriano, seria o representante mais importante do grupo “jacobino”, totalmente identificado com o presidente que lhe dera aberto apoio nas lutas gaúchas.

(17) Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo, apoiou militar e financeiramente o presidente da República na revolução federalista e na revolta da Armada. Francisco Glicério, membro do P.R.P., líder da maioria no Congresso, sustentava Floriano Peixoto no legislativo federal, comandando toda a bancada paulista.

A eleição de Prudente de Moraes, para o terceiro quadriênio presidencial, foi possível, de um lado pela posição assumida pela sua agremiação (P.R.P.) nos acontecimentos de contra-golpe e na garantia do governo Floriano e, de outro, pelo próprio desgaste sofrido por este no tumulto revolucionário e político de sua gestão.

Sob a influência das eleições legislativas e presidenciais, Francisco Glicério (paulista), com os elementos heterogêneos que apoiavam o governo de Floriano, fundou o Partido Republicano Federal (P.R.F.) em 1893. Esse partido procurou abrigar à sua sombra a maioria maciça dos blocos estaduais, numa tentativa de resolver os problemas de estabilização e ajustamento do regime político federativo. O núcleo da agremiação era formado pelos elementos identificados com o "florianismo".

As divergências entre o P.R.F. e o presidente da República surgiram sem muita demora em torno da disputa pelo maior poder, nas decisões relativas à política dos Estados. Enquanto o núcleo do Partido Republicano Federal desejava a inalteração das várias situações regionais surgidas e estabelecidas com Floriano, o presidente entendia que devia proceder a uma série de mudanças nas mesmas. Nessa luta, os florianistas foram levados a identificar Prudente de Moraes com a restauração da Monarquia, a propósito de medidas tomadas pelo executivo federal nas questões relacionadas à pacificação do Rio Grande do Sul⁽¹⁸⁾,

(18) Continuava a ameaça federalista no Sul. Prudente de Moraes tomou a iniciativa de pacificar o Estado, enviando ao Rio Grande do Sul o Gal. Inocêncio Galvão de Queiroz, disposto a realizar a pacificação mesmo à revelia de Júlio de Castilhos. A 1.º de julho de 1895, o Cel. Silva Tavares (chefe federalista) em entendimento com Silveira Martins, negociou com o representante do governo um armistício seguido de um acordo. Segundo tal acordo, os revoltosos deporiam as armas, desde que o governo federal lhes garantisse todos os direitos e procedesse à revisão da Constituição do Rio Grande do Sul, especificamente no ponto que permitia a reeleição do presidente do Estado.

Os dois delegados em telegrama conjunto pediram ao Congresso que a revisão fosse sancionada, pois disso dependia a pacificação do Estado. Embora o líder da minoria da Câmara Federal, Francisco Glicério, recusasse o pedido, Castilhos rompeu com o enviado do governo da República ao Sul, afastando-se de Prudente de Moraes.

O próprio Castilhos mais tarde iniciou o restabelecimento da ordem pública e a pacificação foi completada pelo Congresso ao votar a anistia geral; as relações entre o chefe da nação e a política republicana gaúcha, contudo, já se tinham enfraquecido.

na revolta de Canudos⁽¹⁹⁾ e na insubordinação da Escola Militar⁽²⁰⁾. A solução que o presidente supostamente pretendia dar ao problema "gaúcho" foi considerada por Júlio de Castilhos como prejudicial ao seu partido. Sendo — como já apontamos — o sucessor do "florianismo republicano", não tardou a ser aventada uma identificação do presidente da República com a restauração da Monarquia. Em relação à revolta de Canudos também foi o mesmo tipo de vinculação. As ações federais, sem sucesso contra os jagunços, eram interpretadas como condescendência de Prudente de Moraes para com os reacionários que insuflavam a insubordinação monarquista no interior baiano⁽²¹⁾.

A atitude presidencial em relação à Escola Militar (ver nota 20), servia ainda mais aos adversários para definirem o executivo federal como antimilitarista e anti-republicano. Foi em torno desse último incidente que se realizou a separação

(19) Revolta sertaneja no interior da Bahia, chefiada por Antônio Conselheiro. Uma comunidade se formou em torno de Conselheiro, baseada em laços de solidariedade a partir da fé, em seus poderes messiânicos. Começando em 1896, a revolução dos jagunços só terminou em outubro de 1897.

(20) Em 26-5-1897, amotinou-se a Escola Militar, inflamada com os acontecimentos de Canudos e contra o pseudo-antimilitarismo do presidente da República. O governo cercou a Escola e obteve a rendição dos rebeldes.

(21) Muitos tentam ver o movimento de Canudos, entre outros aspectos como uma luta desencadeada pela preservação do regime monárquico. Seu sentido pode ser melhor nuançado se o inserimos na estrutura política do período:

"... Fruto do meio rústico, o messias esposa-lhe muito naturalmente as divisões (da estrutura política) e, conforme lhe aconteça ter um padrinho poderoso e influente na situação política, ou aliar-se a uma oposição em vias de enfraquecimento, assim também terá condições de êxito ou será perseguida... Como a política interna das províncias e mais tarde dos Estados era de luta constante entre as facções que ora se erguiam ao poder e então protegiam os seus, ora quedavam por terra e então os partidários incorriam em perseguições inúmeras, os messias partilhavam das vicissitudes daqueles aos quais se aliavam.

A constatação de uma inserção no sistema sócio-político existente, que não contraria, é mais uma comprovante de que os movimentos messiânicos brasileiros, muito embora abertamente combatam, às vezes, a forma republicana, não são na verdade... revolucionários". Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O messianismo — no Brasil e no mundo*. Dominus Ed. — Editora da Universidade de São Paulo, Sp., 1965, págs. 324/305.

oficial entre o bloco "florianista" do Partido Republicano Federal e o presidente da República.

Mais uma vez a crise política, embora acirrada pelos acontecimentos acima descritos, era causada basicamente pelas dissensões surgidas entre os vários grupos estaduais que porfiavam pelo apoio presidencial aos seus interesses de ascensão ou manutenção do poder nos Estados.

Vejamos mais de perto os acontecimentos.

Aqueles elementos que tinham formado na oposição durante o governo de Floriano Peixoto (por serem geralmente da "situação" no governo Deodoro) procuraram se chegar ao presidente recém-eleito, em nome dos "interesses da nação e não de um partido". Dentro do próprio P.R.F. também surgiram problemas. Logo após o contragolpe militar os elementos que haviam ascendido ao poder estadual viam-se em situação insustentável depois das eleições legislativas, ou mesmo fora do domínio político do Estado, em consequência das várias divisões e subdivisões surgidas em seus blocos partidários⁽²²⁾. Tais elementos, que embora pertencessem ao P.R.F. não tinham fortes ligações com o grupo "florianista", tentaram se aproximar do presidente.

Por outro lado, o grupo do P.R.F. tentava atrair o presidente da República para que governasse com suas facções.

Finalmente veio a separação entre Prudente de Moraes e o partido que surgira para o apoiar. No dia imediato ao levante da Escola Militar, um deputado (ligado à situação política de Deodoro), procurando se aproximar do chefe da nação, propôs a nomeação de uma comissão para congratular-se com o executivo federal "pela salvaguarda da ordem e prestígio da República civil". A "moção Seabra", como passou a ser chamada a proposta, tinha o claro sentido de manobra provocadora contra Francisco Glicério e o P.R.F. face à identificação destes com o exército. Glicério tentou revidar a manobra afirmando que o

(22) As eleições legislativas federais nunca coincidiam com aquelas que designavam os presidentes de Estado. Nesse espaço intermediário, ocorriam freqüentemente remanejamentos dos grupos estaduais que formavam alianças, pactos ou se cindiam. Comumente, parlamentares já eleitos para o Congresso Federal deixavam de pertencer à facção que ascendia ao poder no Estado. Desde que o quadro estadual permanecesse o mesmo até as eleições seguintes, resultava fatalmente a "degola" desses deputados e senadores.

presidente da República desconhecia a "proposta Seabra" cujo objetivo era dividir as forças políticas que apoiavam o governo e que a "Escola Militar era um reduto das glórias brasileiras".

Ainda dominando o Congresso, o chefe do partido conseguiu que a Câmara rejeitasse a moção⁽²³⁾.

Artur Rios, político baiano e presidente da Câmara, renunciou ao posto por ter votado com a bancada de seu Estado a favor da "moção Seabra". Entretanto, aparentemente sob a inspiração do presidente da República, saía no mesmo dia uma nota no "jornal do Comércio" afirmando que o deputado Glicério não representava mais o pensamento do governo federal no Congresso. Ao realizar-se a eleição para o preenchimento da cadeira vaga do presidente da Câmara (quatro dias após o incidente parlamentar) dois candidatos se apresentaram: o mesmo Glicério de um lado, e de outro o mesmo Artur Rios, respectivamente em nome do grupo "florianista" e "prudencista". Glicério foi vencido. Apoiaram-no as bancadas do Rio Grande do Sul, Amazonas, Distrito Federal e Ceará. Artur Rios teve a seu favor a maior parte das bancadas de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e a totalidade baiana.

Os representantes dos outros Estados menores dividiam-se entre os dois grupos, sem que se alterasse o equilíbrio de forças, favorável ao executivo federal.

Aproximavam-se novas eleições legislativas e presidenciais. O Congresso se organizara *grosso modo* em dois grupos: Concentrados e Republicanos, divisões do antigo Partido Republicano Federal. Os primeiros ligavam-se à linha "jacobina", basicamente sustentada pelas representações do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. O segundo grupo era vinculado ao presidente da República, formado de modo geral pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Rio de Janeiro e a maioria paulista⁽²⁴⁾.

Campos Sales, que ocupava naquele momento a presidência de São Paulo, deu seu apoio a Prudente de Moraes, fortalecendo-o na luta contra o núcleo jacobino do P.R.F. Nessa

(23) 86 votos contra 66.

(24) A representação paulista não apoiava compactamente Prudente de Moraes pelo fato de Francisco Glicério haver atraído para a sua área alguns elementos da bancada, dada sua posição de liderança no P.R.P.

condição, obteve o assentimento do governo federal a que se candidatasse à sucessão presidencial. A indicação de Campos Sales surgiu oficialmente pelo Estado da Bahia, imediatamente seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Pernambuco também se atrelou à candidatura oficial, com a indicação de Rosa e Silva, político do Estado, à vice-presidência.

Os opositoristas (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Pará) levantaram a candidatura de Lauro Sodré, que foi mantida até o dia da eleição "como uma homenagem pessoal ao candidato". A percepção clara da fatal derrota da oposição levou alguns de seus grupos estaduais a transferir-se para o lado do novo presidente antes mesmo do pleito eleitoral. Mais tarde, todos os Estados se uniam, reconhecendo por unanimidade e sem contestação o poder dos candidatos eleitos.

Campos Sales havia sido eleito oficialmente em nome dos "republicanos". A partir daí, achavam-se estes mais autorizados a dominar as eleições legislativas. Os "concentrados", por outro lado, fundamentavam seus direitos na necessidade imperiosa de preservar seus feudos políticos. Tendo mostrado solidariedade ao novo presidente, mesmo tardiamente, esperavam o apoio do governo federal.

Reconhecimento dos diplomas
É preciso apontar aqui o seguinte fato: o poder legislativo, e não o judiciário, era o órgão verificador dos poderes dos deputados, senadores, presidente e vice-presidente da República. Dominar as eleições significava controlar automaticamente a comissão reconhecidora de diplomas, onde residia o fulcro das decisões, na fase de verificação dos poderes.

Alguns anos mais tarde (1908), Campos Sales procuraria interpretar a situação política federal quando se aproximavam as eleições legislativas de 1900:

"Ao primeiro aspecto convenci-me de que nenhum dos lados apresentava symptomas de hostilidade ao governo, si bem que fosse patente o intuito, em cada um, de fundar a sua preponderância na política. (...)

Os agrupamentos políticos que encontrei, já o disse, eram facções do Partido Republicano Federal, que não era propriamente um partido político, sinão apenas uma grande agregação de elementos antagonicos. (...)

Não me achei, portanto, entre partidos opostos, mas simplesmente entre facções rivaes, que se haviam desagregado com o objetivo no governo da Republica.

Era tal a ambição de vencer, que, segundo se tornou público, de ambos os lados se mandavam instruções aos candidatos nos Estados, para que se fizessem diplomar a todo o transe. A palavra de ordem era o *diploma*" (25).

Ante o perigo de lutas e de um Congresso fracionado como os anteriores, decidiu Campos Sales garantir-se o suporte das grandes bancadas de Minas, São Paulo e Bahia e, fundado em mudança do Regimento Interno da Câmara, impor ao Congresso uma certa linha de conduta na fase de reconhecimento dos poderes. Definia-se ela por reconhecer somente os diplomas dos candidatos eleitos pelas situações no poder naquele momento dos respectivos Estados, não importando a que grupo pertencessem.

O Regimento Interno do Congresso indicava que ao mais velho dos diplomados deveria caber a presidência interina da Câmara que, por sua vez, nomearia uma comissão encarregada de organizar a lista dos deputados presumivelmente legítimos. Ao mais velho parlamentar cabia, em última análise, o principal papel na formação da Câmara. A nova reforma, aprovada pelo Congresso, segundo proposta de Campos Sales, indicava que o presidente interino da Câmara seria o mesmo da anterior, "identificado com os problemas do Congresso". Como nesse momento específico tal cargo era ocupado por um político mineiro, Campos Sales escreveu (8-2-900) ao Presidente de Minas, Silviano Brandão, pedindo sua solidariedade às medidas pretendidas:

"... O Estado de Minas acha-se destinado a representar o mais importante papel na verificação de poderes da futura Camara.

A reforma do regimento, ao findar-se a passada legislatura, deu ao dr. Vaz de Mello, deputado mineiro, a investidura da presidência interina desta casa do Congresso na proxima sessão. A elle caberá formar a comissão, à qual incumbe o inicio, a base dos trabalhos na verificação dos poderes. (...)

(25) Campos Sales --- *op. cit.*, págs. 230/237.

Ao lado desta reforma estatuiu também o regimento as condições do que seja, em princípio, o diploma legal ou presumidamente legítimo: aquelle que é expedido pela maioria das juntas apuradoras" (26).

Escreveu ao governador da Bahia, Luiz Viana:

"... Como chefe político de um Estado, que exerce justa influência no seio do Congresso, ... cabe a V. exc. inestimável collaboração no patriótico trabalho de organizar e arregimentar os elementos que terão de agir com efficacia na execução do pensamento que presidiu à reforma do regimento da Camara. Essa execução, para ser util, precisa ser severa, inflexível e isenta de preocupações partidárias" (27).

A Rodrigues Alves, senador por São Paulo e chefe do P.R.P. dizia:

"O que é indispensável é organizar desde logo, no início dos trabalhos, uma maioria arregimentada e resolvida, que não tenha outra preocupação a não ser a de constituir uma Câmara nas melhores condições de legitimidade.

Esta maioria, para bem desempenhar-se da sua missão, não deverá olhar para os dois lados da antiga Camara, não deverá distinguir entre os antigos matizes — Republicanos e Concentrados — tendo em vista somente as condições de legalidade, ou, pelo menos de presumpção de legitimidade do diploma de cada um dos candidatos. Como tenbo dito, a presumpção, salvo prova em contrário é a favor daquelle que se diz eleito pela politica dominante no respectivo Estado" (28).

Com o apoio de três bancadas numerosas, Campos Sales conseguiu que suas diretrizes fossem cumpridas. Resolveu assim

(26) Campos Sales — *op. cit.*, págs. 239/240.

(27) *Idem* — pág. 243.

os problemas partidários mais importantes da atividade política, aqueles relacionados à formação das estruturas de dominação nos Estados. A partir daí, deputados e senadores garantiam-se a si próprios mandatos sólidos e intermináveis no Congresso e a seu partido longo domínio do poder no Estado. Iniciou-se a implantação das oligarquias estaduais, cujo poder se fecharia às tentativas conquistadoras das oposições que surgissem. Instituiu-se a norma básica da "política dos governadores" que deveria propiciar ao regime federativo o equilíbrio procurado nos anos anteriores (29).

Sob sua égide fluiria a República até 1930.

No sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo político eram os Estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de tal autonomia, sem intervenção da União e do direito de controlar as nomeações federais, os Estados davam apoio ao presidente da República, sem o qual este não subsistiria no poder. Embora tal compromisso não se concretizasse em relação às pequenas unidades da federação, como veremos adiante, esse era o princípio implícito nas relações da União com os Estados.

A força de uma oligarquia estadual advinda do controle exercido sobre os grandes coronéis municipais, condutores da massa eleitoral incapacitada e impotente para participar do processo político que lhes fora aberto com o regime representativo imposto pela Constituição de 1891.

"Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do "coronelismo" é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *dout des* que anima todo o sistema. O regime federativo também contribuiu, relevantemente, para a produção do fenômeno: (coronelismo) ao tornar inteiramente eletivo o governo dos Estados, permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que de-

(28) *Idem* — pág. 284 (grifo nosso).

(29) A caracterização do quadro da constituição da "política dos governadores" foi montada na descrição do período feito por Eduardo Kugel, mas em manuscrito a ser publicado sobre *O processo político de 1891-1909*.

terminaram a instituição da "política de governadores", repousavam justamente no compromisso "coronelistas".

"(...) o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do "coronelismo" fossem de observação freqüente durante o Império e alguns deles no próprio período colonial" (30).

O fulcro do poder ou das decisões políticas não residia, contudo, nos municípios como pode parecer à primeira vista. As facções municipais só subsistiam enquanto emanações dos desejos do poder estadual e em nome da oligarquia instaurada no Estado. Existiam lutas políticas municipais: segundo prática firmada de longa data dois grupos se engajavam em luta, dividindo verticalmente as comunidades. Não importava, porém, qual função ganhava o poder local, pois as graças lhe seriam dadas de qualquer modo, seguidas da absorção pelo governo estadual, com vantagens para ambos os lados (31).

Com o poder judiciário, militar e policial em suas mãos, o Estado garantia sua posição de parte forte, numa barganha na qual o município, ao não entrar nas regras do jogo, teria muito a perder, e, ao cumpri-las, ganhava o que podia receber.

No nível nacional, sob a hegemonia dos Estados mais fortes, Minas Gerais e São Paulo, desenrolava-se o processo político: um ajustamento e compromisso entre todos os Estados da Federação para a escolha do presidente da República, ponto crucial e quase único importante no quadro da vida republicana.

Dos papéis reservados a cada um dos Estados no compromisso da "política dos governadores", São Paulo e Minas Gerais detinham os mais importantes, seguidos pelo Rio Grande do Sul. Seus encontros e desencontros forjavam a política nacional. As outras unidades da Federação balançavam-se ao seu redor em busca e à espera de serem carregadas ao poder depois de tomadas as grandes decisões.

Num sistema onde estavam ausentes os partidos nacionais, o encaminhamento sucessório assumia uma forma bastante com-

(30) Victor Nunes Leal — *Coronelismo, enxada e voto* — "O Município e o Regime Representativo no Brasil", Edição Revista Forense, pág. 184.

(31) Nem todos os municípios acompanhavam esse modelo: alguns desvios se observaram sobretudo no Estado de São Paulo, apesar dessa ser a tendência geral.

plexa. A estrutura partidária de cada Estado tornava-se ponto fundamental na determinação da importância que competia a cada um deles. A hegemonia do processo, avocada pelos Estados de grande força econômica e demográfica, Minas e São Paulo era garantida por suas organizações político-partidárias. Apresentavam quase o mesmo quadro: partido único que absorvia a totalidade das forças políticas (P.R.P. em São Paulo e P.R.M. em Minas Gerais) comandado por uma Comissão Central Executiva; lutas canalizadas para o nível intrapartidário; caráter monolítico no plano federal. De modo geral as representações paulista e mineira formavam grupos compactos no Congresso Federal e, em seu nome, Minas e São Paulo asseguravam-se o controle da vida política nacional.

No Rio Grande do Sul a divisão nítida das forças políticas em dois grandes blocos: o Partido Republicano e o Partido Federalista (mais tarde Libertador) compunha um quadro diverso. Esta situação, concretizada em lutas violentas dentro do Estado e desenvolvidas desde o início da República, entraquecia o Rio Grande do Sul em relação aos dois outros Estados. Mostrava a fragilidade dos partidos gaúchos que não congregavam sob suas legendas a totalidade das falanges estaduais. Dentro do quadro da "política dos governadores", era fatal obstáculo às pretensões de um candidato à presidência da República o fato de não ser em nome de todas as facções políticas do Estado que representava. Essa circunstância sempre colocou o Rio Grande do Sul mais como um peso na balança da luta pelo poder do que um sério pretendente a ele.

Por outro lado, essa mesma bipolarização partidária firmava a coesão e disciplina interpartidária necessária à manutenção do poder no convulso Estado gaúcho. A união partidária e a peculiar Constituição riograndense que permitia a reeleição do presidente do Estado indefinidamente garantiram o controle do governo estadual pelo Partido Republicano, primeiramente com Júlio de Castilhos, seguido de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas até o fim da Primeira República. Os bem armados grupos e milícias dependentes dos presidentes sulinos garantiram o Estado contra a intervenção federal, prática freqüentemente infligida aos pequenos Estados.

A disciplina partidária permitia ainda que os republicanos desfrutassem de posição invejável no cenário federal. Possuíam uma bancada unida em torno de um representante de todo o partido, o qual não era vulnerável a possíveis lutas intrapartidárias (comuns em São Paulo e Minas). Os líderes paulistas

e mineiros, embora o fossem em nome da situação estadual na sua totalidade, estavam sujeitos, enquanto filiados a uma facção específica dentro do partido, aos sabores da luta interna intrapartidária em seus Estados. Assim, eles se sucediam uns aos outros, de acordo com o setor que assumisse a direção da Comissão Executiva. As bancadas paulista e mineira tinham líderes diferentes em cada novo quadriênio presidencial. O Senador Pinheiro Machado, na condição de representante do situacionismo gaúcho, permaneceu como líder incontestável do Rio Grande do Sul até sua morte. O privilégio advinha do fato de que o partido sustentava em bloco Borges de Medeiros por muitos anos no poder gaúcho, e com este seu representante no plano nacional. Borges de Medeiros era o chefe no nível estadual e Pinheiro Machado no Congresso. Em conseqüência, pode-se apontar como pilares da política federal: o P.R.M., P.R.P. e Pinheiro Machado.

A posição do Estado do Rio Grande do Sul ficou mais fortalecida ainda, pelo menos até 1910, pelo fato de Pinheiro Machado ter conseguido o controle de algumas oligarquias do Norte e Nordeste. Por época da instalação da "política dos governadores", como figura importante no Senado e no reconhecimento dos poderes, fizera ligações vantajosas com vários grupos daquelas regiões. Aí seu poder só era rivalizado pelo pernambucano Rosa e Silva que também pretendia o domínio político regional. O desencontro entre esses dois chefes sempre teve papel importante nas articulações sucessórias. De um certo modo, tornava mais difícil a união entre aquelas oligarquias que se estendiam do Amazonas à Bahia, enfraquecendo-se em relação às do Sul.

Estruturadas diversamente dos três Estados acima mencionados as demais unidades da Federação caracterizavam-se pela existência de lutas violentas entre várias facções, mais numerosas e menos coesas que as congêneres gaúchas. Dependiam das *demarches* federais para se manterem no poder ou para atingi-lo. Como peças pouco importantes no jogo político nacional as "situações" desses Estados podiam ser descartadas ao perigar o equilíbrio nacional. Nesse momento as oposições estaduais surgiram como ameaçadores concorrentes ao poder controlado pelas cúpulas dominantes. Nem mesmo os Estados mais fortes, política e economicamente, como Pernambuco e Bahia, deixaram de sofrer intervenção federal.

A União, encarnada nos Estados de São Paulo e Minas Gerais encontrou como meio de defesa quanto à excessiva autono-

mia dos outros Estados, o uso artificioso de uma técnica peculiar para garantir sua prioridade, o que vale dizer a prioridade do P.R.M. e do P.R.P. Através do artigo 6.º da Constituição, que se tornava uma das alavancas do arcabouço institucional, o que de resto permitia interpretações ambíguas, patenteavam-se os interesses políticos dominantes; ao mesmo tempo que era firmado o princípio da supremacia dos grandes Estados, ficavam juridicamente asseguradas as condições para possíveis intervenções federais (32).

Também a determinação do sufrágio universal e a da proporcionalidade representativa proclamadas pela Constituição brasileira, tornaram possível garantir a hegemonia dos Estados da região Centro-Sul. A eleição presidencial direta pela maioria de votos; a proporcionalidade de representação na Câmara Federal em relação à população de cada Estado, firmava legalmente o controle do poder por aqueles de maior peso econômico e demográfico. Não é surpreendente, pois, que o primeiro projeto de legislação eleitoral que pretendia eleições indiretas dando a cada Estado no cômputo final um voto, foi decididamente recusado pelos sulistas (33).

Alguns trechos do discurso de Epitácio Pessoa, representante da Paraíba, evidenciam o que vimos apontando sobre a questão da representação parlamentar na Câmara Federal:

"... Pelo modo porque a Constituição estabeleceu a representação dos Estados — Senado e Câmara — é fácil verificar que 4 ou 6 Estados podem, eles só, decidir os negócios que dizem respeito aos 20 ou 21 Estados que compõem a União...

Já tivemos a comprovação dessa verdade na votação de certas emendas em que os interesses do

(32) Constituição brasileira de 24 de fevereiro de 1891.

Art. 6.º — O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados salvo:

- 1.º — Para repelir invasões estrangeiras, ou de um Estado em outro;
- 2.º — Para manter a forma republicana federativa;
- 3.º — Para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados à requisição dos respectivos governos;
- 4.º — Para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

(33) Nem todos os municípios acompanhavam esse modelo: alguns desvios se observavam sobretudo no Estado de São Paulo, apesar dessa ser a tendência geral.

maior número dos Estados foram abafados pelo menor número, e, isto porque, imensa e injusta desigualdade se estabeleceu entre a representação dos Estados do Norte e do Sul. Estes últimos foram arbitrariamente melhor aquinhoados do que os do Norte, por ocasião de se confeccionar o regulamento eleitoral. . .”

“... No Brasil é o que se vai dar. Os Estados grandes disputarão entre si a gestão dos negócios públicos e os Estados pequenos, arrastarão uma vida inglória, obscura, não hão de ter a mínima interferência nos negócios de nossa pátria, hão de ser sempre esmagados pela enorme superioridade com que aos outros dotou a Constituição do país. . .”⁽³⁴⁾

O quadro teórico liberal, embora invocasse a equivalência dos direitos entre todos os Estados — implícita na organização do regime federativo e necessária à sua manutenção — significava concretamente a supremacia dos representantes do setor básico da economia brasileira.

Deter-nos-emos na história do período que vai da sucessão ao Presidente Afonso Pena (1908), passando pelo governo Hermes da Fonseca, até a escolha de Wenceslau Brás à presidência da República. Nosso objetivo é o de mostrar o funcionamento do processo político nas sucessões presidenciais, dentro do quadro que desenhamos. Escolhemos esse período, na impossibilidade de nos estendermos, por englobar dois tipos de sucessões presidenciais: um, exceção na vida política do país, outro representativo dos normais embates sucessórios.

Por outro lado, englobados no mesmo período (1908-1914), trazem a conveniência de nos permitir a exposição mais fácil, e esperamos, também a leitura.

O sucesso de uma candidatura ao governo da República dependia do apoio de pelo menos dois dos grandes Estados. A sustentação posterior do presidente do poder era firmada se contava pelo menos com o apoio compacto do Estado que representava.

Após Floriano Peixoto — e de um certo modo este também, como vimos — os presidentes da República procediam

(34) Anaes do Congresso Nacional Constituinte. Rio de Janeiro — sessões de 29-12-1890 e de 29-1-1891.

da aliança política de Minas e São Paulo, à exceção de Hermes da Fonseca (1910-1914) e de Getúlio Vargas (1930) que surgiram da união de Minas e Rio Grande do Sul.

Nos primeiros anos da gestão Afonso Pena (1907-1908) o panorama político do país apresentava-se estável. Os situacionismos estaduais não faziam oposição ao poder federal, fiéis e passivos aos seus objetivos, como sempre acontecia antes dos períodos sucessórios. Conseguiu o presidente da República o apoio compacto dos grupos paulistas em troca da aprovação e execução dos projetos referentes à valorização do café e à Caixa de Conversão⁽³⁵⁾.

(35) As superproduções cafeeiras vinham-se avolumando dada a expansão das lavouras; a superioridade da oferta sobre a procura provocava queda sensível nos preços do café. Os governadores dos Estados cafeeiros (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) reuniram-se em Taubaté (26-2-1906) onde firmaram um acordo cujos itens capitais estimulados para um programa de valorização cafeeira foram:

— a obrigação, assumida pelos Estados, de sustentar determinado preço mínimo por saca de café nos portos de embarque. (Foi estipulado, de início, o mínimo de 55 a 65 francos ouro, ao câmbio do dia, tipo 7 americano, até o máximo de 70 francos, aumentando-se proporcionalmente os preços para as categorias superiores);

— retenção e compra de parte da produção equivalente ao excesso sobre o consumo mundial;

— os capitais destinados à compra dos estoques do produto, seriam fornecidos por empréstimos feitos no exterior no valor de 15 milhões de esterlinos;

— seria instituída uma sobretaxa de exportação, de 3 francos (que poderia ser aumentada ou diminuída), como garantia para os juros e amortizações dos capitais destinados a executar o programa de defesa.

Ao mesmo tempo assentou-se a criação de uma Caixa de Conversão monetária destinada a receber o produto das operações de crédito exterior, as moedas brasileiras de ouro que tivessem curso legal e quaisquer somas em moeda estrangeira que entrassem no país. A Caixa trocaria por bilhetes ao portador, a um câmbio de 15 pence por mil-réis, um pouco inferior à taxa média em curso de 17 pence por mil-réis. A emissão desses bilhetes, que teriam curso legal e seriam reembolsados e pagos ao portador em moeda de ouro, era feita contra depósito de soma correspondente, em metal. A Caixa teria um depósito limite de 20 milhões de esterlinos. A conversibilidade do meio circulante era assegurada pela liberdade de exportação do ouro ou de valores internacionais que o representassem.

O ouro afluindo ao mercado, teria vantagem em canalizar-se para a Caixa de Conversão, onde o mil-réis valia menos. Nesse sentido,

A luta por essas medidas, concretizadas no convênio de Taubaté, levava paulistas, em 1906, a fazer oposição ao governo Rodrigues Alves e a apoiar Afonso Pena que mais de perto se identificava com aquela política e em nome da qual havia galgado a presidência ⁽³⁶⁾.

Os Estados cafeeiros formavam a base de sustentação do governo federal, expressa na direção do grupo chamado "Jardim da Infância" ⁽³⁷⁾ que dominava a política no Congresso. O perigo que podia surgir ao domínio presidencial vinha, certamente, do Rio Grande do Sul, na pessoa de Pinheiro Machado, líder do "Bloco", partido que congregava vários representantes no Legislativo ⁽³⁸⁾.

É preciso esclarecer que esse partido não fazia oposição aberta ou oficial ao presidente da República; representava mais

enquanto se pudesse verificar a emissão, a Caixa impediria a alta do câmbio. Para evitar a baixa, não parecia o novo órgão tão eficiente. Em caso de crise no país, quando a moeda no mercado descesse abaixo do nível da Caixa de Conversão, seus depósitos não demorariam a se esvaziar. A Caixa de Conversão era por conseguinte um mecanismo de repressão à alta do câmbio, limitada pelo montante dos depósitos em ouro, sem efeito sobre a baixa.

A redução do valor da moeda brasileira, tinha, como consequência, diminuir o prejuízo dos cafeicultores, com a queda dos preços do produto. Vendendo o café em dólares, ao diminuir o valor do mil-réis, o cafeicultor brasileiro recebia maior volume de dinheiro nacional. O mecanismo da taxa cambial fazia com que a porcentagem do prejuízo a ser assumido pelos cafeicultores pudesse ser diminuída.

Vide Celso Furtado — *Formação Econômica do Brasil* — Cap. XXVIII — "A defesa do nível de emprego e a concentração da renda", Editora Fundo de Cultura S.A., Rio de Janeiro — 1959.

(36) Iremos nos referir a tais acontecimentos políticos no desenrolar da exposição.

(37) Nome dado à equipe que ocupava postos importantes no governo, formada por elementos da nova geração política: Carlos Peixoto, líder da bancada mineira e presidente da Câmara; Davi Campista, Ministro da Fazenda; Miguel Calmon, Ministro da Viação; James Darcy, líder da maioria.

(38) O partido "Bloco" se formara em princípios de 1905: uma aliança, sob o comando de Pinheiro Machado, entre alguns chefes estaduais, com o objetivo de acabar com o poder, reconhecido até então, que tinha o presidente de instituir seu sucessor. Tal prerrogativa, não obstante, se manteve nos anos posteriores, com o próprio assentimento desses mesmos políticos.

uma possibilidade de disputa pelo controle do poder, caso as circunstâncias permitissem.

O domínio do Presidente Pena era bastante precário, porém, dada sua posição e a de seus líderes parlamentares na política interna mineira. Além de não ter raízes muito fortes dentro de seu próprio Estado, o presidente da República trouxera ao poder, no Congresso e nos Ministérios, um grupo de jovens carentes de bases sólidas dentro dos partidos estaduais, sobretudo os mineiros em relação ao P.R.M.

Afonso Pena fora apontado como candidato à sucessão anterior, mais por não desgostar as várias facções do partido mineiro, que por ser o nome preferido por elas. Nessa época o P.R.M. dividia-se em lutas interpartidárias a propósito da escolha do candidato de Minas à presidência da República. O nome escolhido em cada grupo não conseguia atrair o apoio de todos eles. À beira de uma cisão, dividem-se pela indicação de Afonso Pena que menos atritos traria ao conjunto das forças políticas do Estado. Por essa razão mesma — fraqueza relativa dentro do P.R.M. — Rio Grande do Sul e São Paulo terminaram por apoiá-lo.

Em 1908, o chefe da nação agitou precocemente o problema sucessório. João Pinheiro, presidente de Minas, era o candidato natural. Sua escolha era produto de uma barganha entre os dois presidentes, desde que João Ribeiro fora, em grande medida, responsável pela indicação de Afonso Pena à sucessão anterior.

Face à morte repentina desse candidato, o chefe do executivo federal coordenou o nome de Davi Campista, Ministro da Fazenda, para sucedê-lo. Este, sem grande força no P.R.M., como dissemos, viu-se recusado, em caráter não oficial, pelos homens fortes que dirigiam o partido.

Pena conseguiria manter sua liderança no encaminhamento sucessório se mantivesse unida a política mineira. Essa unidade de fato, vinha existindo, graças ao chefe do governo de Minas, elemento de ligação entre os vários grupos partidários e denominador comum dos diversos interesses. Sua morte inesperada abalou a coesão das forças políticas do Estado e no Congresso Federal, quebrada finalmente pela inabalável decisão de Afonso Pena em apoiar um candidato sem "prestígio" perante o quadro dirigente mineiro.

A cisão política em Minas Gerais veio a constituir-se não apenas no dado mais importante da crise que se instaurou

após 1908, mas também no fator responsável pelo seu desencadeamento.

Na cena que vem sendo descrita, torna-se necessário apontar a direção tomada pelas forças paulistas e gaúchas.

São Paulo, de início, não se mostrou favorável à candidatura Campista, embora tivesse sido este o concretizador das medidas de salvação da lavoura cafeeira. Os grupos paulistas não viam porque deixar, no momento, que os assuntos relativos ao café intervissem, à semelhança da sucessão anterior e na mesma proporção nas suas pretensões de dominar as articulações sucessórias⁽³⁹⁾. Dantes, no período 1905-1906, o P.R.P., que desde 1894 elegera os presidentes da República, viu-se na necessidade de atrair o legislativo e o executivo federais para a execução de medidas intervencionistas no mercado cafeeiro e na política monetária vigente. Para o Estado de São Paulo pesava, então, muito mais a necessidade de reservar amigos e alianças de modo a aumentar as possibilidades de solucionar o problema do café, que impor um candidato paulista ao posto-chave da nação. A necessidade de congregar, no Parlamento, bases favoráveis às medidas pretendidas pelos cafeicultores desde que a efetivação do projeto do Convênio de Taubaté passou a depender da aprovação do Legislativo, levou a situação paulista a se aproximar do grupo político congregado no "Bloco", chefiado por Pinheiro Machado⁽⁴⁰⁾. Embora houvesse entre os congressistas um aparente consenso sobre a necessidade imperiosa de proteger o café, dado seu caráter básico na economia nacional, a diversidade de posições referentes à forma de se conseguir tal medida e à quebra dos padrões vigentes do *laissez faire* econômico foi utilizada por grupos políticos que procuravam reunir melhores condições de barganha e maiores trunfos para o embate sucessório⁽⁴¹⁾. Desse modo, a orientação eco-

(39) Discutimos o problema em manuscrito a ser publicado sobre *A política de São Paulo no primeiro período republicano*.

(40) Rodrigo Soares Júnior, em *Jorge Tibiriçá e sua época*, evidencia a questão, fornecendo informações sobre as ligações estabelecidas entre o presidente de São Paulo e Pinheiro Machado.

(41) É ilustrativo o fato de que o projeto que instituía as primeiras medidas de defesa do café foi aprovado por grande maioria do Congresso. As bancadas dos diversos Estados, à exceção de elementos da política pernambucana e do Maranhão sob a liderança de Rosa e Silva, e de vozes individuais, opositoristas, mostraram-se favoráveis à intervenção estatal no mercado cafeeiro. (Na Câmara 106 votos a favor da aprovação e 15 votos contrários; no Senado 31 a favor e 6 con-

nômica para a valorização do café veio a ser o peão grandemente utilizado para dirigir o movimento da indicação do sucessor de Rodrigues Alves.

No que diz respeito à sucessão de Afonso Pena, entretanto, a conjuntura apresentava-se aos paulistas diversamente configurada: as exportações do café elevavam-se e o preço do produto começava a se recuperar novamente⁽⁴²⁾; a política desencadeada no governo Pena aparentava ser irreversível dado o assentimento dos vários grupos à defesa do setor cafeeiro e o sucesso obtido pelas primeiras medidas efetuadas com esse objetivo.

Mesmo na impossibilidade de indicar um nome paulista à presidência da República, não interessava a São Paulo, de outro lado, ligar-se a uma candidatura que já fora recusada por Minas, sacrificando sua velha aliança com os mineiros. Assim sendo, não se manifestou de imediato às primeiras *démarches* inquiridoras.

O grupo gaúcho, comandado por Pinheiro Machado, procurou encontrar um candidato por ele articulado que, ao mesmo tempo, atraísse o governo federal. Sendo possível levantar uma candidatura em nome de seu Estado, não iria Pinheiro dispensar o apoio do Catete, sem o qual as possibilidades de vitória se faziam tênues.

Rui Barbosa, representante da situação baiana, e, o Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, vetando o candidato oficial, surgiram como forças passíveis de serem empalmadas pelos condutores do quadro sucessório. Rui, como elemento chegado ao presidente da República e entre os preferidos do senador riograndense, a cujo partido pertencia, tinha grandes possibilidades de congregar em torno de si as várias aspirações

tra.) Vide — *Documentos Parlamentares. Política Econômica — Valorização do Café (1895-1906)*, 1.º volume, Rio de Janeiro — Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & Cia., 1915, págs. 408/429 e 428/429.

(42) As exportações, que haviam caído para 12,6 milhões de sacas em 1908, se elevaram a 16,9 milhões em 1909. O preço elevava-se de 6,28 cents por libra-peso no segundo semestre de 1908, a 7,97 no primeiro semestre de 1909. Por outro lado, o fato da safra de 1906/1907 ter sido excepcional (duas vezes a média da produção no período) firmava a idéia, comprovada anteriormente, de que por alguns anos não se repetiria o fenômeno. Os exportadores estrangeiros, temendo as pequenas safras que elevariam ainda mais os preços dos produtos, refaziam seus estoques e, em consequência, as vendas do produto armazenado pelo governo realizavam-se mais facilmente.

e interesses colocados na arena política. A candidatura Hermes sugerida por Lauro Sodré e por alguns militares, era menos feliz. Não representando nenhum grande Estado e carecendo de raízes políticas em qualquer um deles, seu nome não recebeu, de início, a proteção dos representantes estaduais mais poderosos. Mesmo que, porventura, alguns grupos o quisessem apoiar naquele momento, estariam praticando ação temerosa para quem conhecia as dificuldades de uma campanha eleitoral sem o apoio indispensável do chefe da nação ou das forças decisórias.

As posições de todos os grupos envolvidos, até aquele momento, não tinham caráter explícito, menos ainda definitivo.

As ações cautelosas dos interessados — próprias a uma fase de “ausculta da situação”, como afirmavam os políticos — eram motivadas sobretudo pela necessidade de evitar o desgaste junto ao governo central, com a aproximação das eleições legislativas federais.

Em março de 1909, eleita a Nova Câmara, embora ainda não reconhecida totalmente, à exceção da bancada gaúcha que não se comprometia em nenhuma direção, a maior parte das bancadas parlamentares dizia apoiar o presidente da República e seu futuro sucessor. O equilíbrio político parecia ainda estar intato, e, tudo indicava, seria garantido pela nova legislatura. Na realidade, porém, ele já se quebrara antes mesmo do início dos trabalhos parlamentares pois a base de sustentação do governo, a política mineira, se cindira.

Garantida a eleição da bancada de Minas, alguns chefes do P.R.M. (43) passaram a dar caráter público à recusa à candidatura Davi Campista, embora os membros do Congresso se mantivessem formalmente atados à situação federal, na dependência da decisão de Wenceslau Brás (presidente de Minas) que não rompera ainda com Afonso Pena.

O Legislativo, em suspenso, esperava também uma palavra de desmentido por parte do Mal. Hermes quanto aos rumores de sua candidatura. Inversamente, porém, o que se viu foi a confirmação de seu nome seguida do pedido definitivo de demissão do cargo de ministro da Guerra, numa aquiescência ao movimento contra o chefe da nação.

(43) Os maiores opositores à candidatura Campista eram Bias Fortes e Francisco Sales.

Pinheiro Machado tentou ainda uma solução junto ao presidente da República levando-lhe uma lista de nomes — Rui Barbosa, Quintino Bocaiuva, Rodrigues Alves, Ubaldino do Amaral — que teriam o beneplácito da política do Rio Grande do Sul, obtendo como resposta a insistência de Afonso Pena na indicação de seu ministro da Fazenda. A partir daí, os gaúchos penderam para a candidatura militar, desde que a eleição de Campista iria confirmar a marginalização da política riograndense junto ao poder federal, já iniciada pelo grupo do “Jardim da Infância”. Afirmou o Gal. Dantas Barreto, militar hermista da época, que as últimas indecisões de Pinheiro Machado em relação à candidatura Hermes foram esquecidas quando este ameaçou o senador gaúcho com a possibilidade de Rosa e Silva tomar a dianteira do movimento hermista e a paternidade da candidatura militar. De qualquer forma, o perigo de ser superado dentro das articulações sucessórias, ou por elas e a intransigência de Afonso Pena, inflexivelmente assentado numa candidatura adversa ao Rio Grande do Sul, acabaram por levar o Partido Republicano gaúcho à corrente hermista.

Ante a crescente desunião entre os representantes mineiros no Congresso, Carlos Peixoto, líder da política oficial, renunciou à presidência da Câmara por sentir que não mais exprimia o pensamento da bancada mineira. Essa decisão marcava o desmoronamento da hegemonia do grupo “Jardim da Infância”, porta-voz do governo federal, no legislativo. Deputados e senadores, na sua maioria, faltavam ao presidente da República, mas, como as posições não estavam muito claras, ao mesmo tempo não se arriscavam a conceder a renúncia pedida, embora em expectativa, já sabia o Congresso com quem estava o controle da situação.

“Estão todos certos de que a nova situação será dirigida por Minas e R. Grande do Sul, o governador Wenceslau Braz e o General Pinheiro Machado. Afirmar-se duvidosa a solidariedade de Ruy Barbosa com o movimento antipenista, apesar de haver s. exc. manifestado contra a candidatura Campista e ser o mais decidido amigo político do general Pinheiro” (44).

(44) José Vieira — *A cadeia velha* — Jacintho Silveira — Livreiro Editor, Rio de Janeiro, 1912, págs. 113/114.

O oferecimento da indicação para a vice-presidência ao oficialismo mineiro levou-o, finalmente, a se solidarizar com a candidatura militar. Com a "distinção" conferida a Wenceslau Brás, a política mineira, com pequenas exceções, colocou-se passivamente ao lado de Hermes da Fonseca.

Efetivada a união entre os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o Mal. Hermes comunicou ao presidente da República o assentimento à indicação de seu nome para concorrer ao posto de chefe do executivo federal.

O quadro da disputa sucessória se formava. De um lado, as políticas situacionistas mineira e gaúcha solidárias com o Mal. Hermes; de outro, o presidente Afonso Pena e, eventualmente, a representação paulista. Faltavam as decisões oficiais dos Estados menores e das "situações" políticas de Pernambuco, da Bahia e Rio de Janeiro. Rosa e Silva, pelo primeiro Estado, aderiu à candidatura militar; o presidente do Estado do Rio, seguiu a corrente governista a cuja política se ligava nos anos anteriores⁽⁴⁵⁾. Restava saber a posição da Bahia. Rui Barbosa, que comandava a política local através do governador Araújo Pena, havia-se aproximado do governo da União ante- vendo possibilidades de surgir como o candidato de conciliação. Consultado por Pinheiro Machado a respeito da escolha do Marechal Hermes, escreveu uma carta condenando o cunho militar daquela candidatura e apontando para o fato de que o acordo em torno do Ministro da Guerra só surgira como recurso da oposição em contar com o exército para sua luta contra Pena.

"(...) A autoridade central está momentaneamente abolida pelas circunstâncias de uma conjuntura sem exemplo a meu ver na história do regime. E é nestas circunstâncias que o elemento civil deli-

(45) Alguns anos antes, o "Jardim da Infância" tinha dado início a seu plano de formar bases estaduais favoráveis à política do chefe do executivo federal. Explorando as circunstâncias vantajosas da política interna de alguns Estados, Carlos Peixoto chamou à sua área o situacionismo fluminense sob a chefia de Alfredo Backer, então um dos redutos do esquema político do "Bloco". Surgiu um desentendimento entre Nilo Peçanha e Afonso Pena em torno dessas medidas. Nilo era membro do "Bloco" e fora quem colocara Backer na presidência do Estado de Rio de Janeiro. Caído do poder estadual, tentou intervir na política do Estado, no que foi impedido pelos líderes do governo no Congresso. A ligação de Peçanha à candidatura militar obrigara Backer a pender para outra candidatura, dada a situação estadual.

bera, por sua vez, abolir-se, tomando por único expediente possível de salvação a candidatura do Ministro da Guerra.

Se na escolha não entra como razão determinante a consideração da classe, a que ele pertence, escapa ao meu entendimento o motivo da preferência que a fez recair sobre o seu nome. Se, ao contrário, entrou, acho que laboraram em engano os meus amigos. E neste terreno, não me seria dado acompanhá-los.

(...) Primeiramente ninguém lhe poderia dissimular o carácter. No Brasil e no exterior todo mundo a olharia como inauguração do regime militar..."⁽⁴⁶⁾.

A carta de Rui, publicada em vários jornais, de um golpe só retirava o grupo situacionista baiano da agremiação pinheirista, atrelando-o à política oficial e fornecia subsídios à campanha militarista que se desencadearia logo depois.

Os partidários da candidatura Hermes, de modo geral, os mesmos situacionistas de antes, reuniram-se em convenção, a 22 de maio de 1909, lançando a chapa Hermes-Wenceslau Brás.

Patenteada a desagregação da política oficial, a renúncia do presidente da Câmara, Carlos Peixoto, foi aceita por maioria de votos. Passando a controlar a verificação dos poderes, gaúchos e mineiros garantiram a adesão de alguns grupos políticos de pequenos Estados, ainda não diplomados.

São Paulo não via vantagens em se desligar do bloco político situacionista, nem, ao mesmo tempo, em partilhar a vitória com Minas e o Rio Grande do Sul, aos quais se submeteria caso participasse da candidatura militar. Sua grande esperança era a de que o Congresso recusasse e firmasse o apoio à indicação do nome de Davi Campista. Com tal objetivo, representantes do P.R.P. exigiram do presidente da República que, em troca da solidariedade paulista, aceitasse o pedido de demissão feito pelo ministro da Guerra dias antes. Um novo ministro afinado com a política federal tiraria certamente algo

(46) Maria Mercedes Lopes de Souza — *Ruy Barbosa e José Marcelino* — Casa de Rui Barbosa — 1950, págs. 206/207/209.

da força da candidatura Hermes em proveito de sua rival e dividiria ainda mais o grupo militar que já não estava coeso. No dia 29 de maio de 1909 o Gal. Mendes de Moraes assumia a pasta da Guerra.

A descrição de José Vieira a respeito da sessão do Congresso (8-6-1909), dezesseis dias após o lançamento oficial da chapa oposicionista, confirma a posição do grupo de São Paulo:

“Corre na Câmara que Cincinato Braga (paulista) escreve diariamente um memorial ao presidente de S. Paulo, sobre a situação. N’esse memorial aconselha o Sr. Albuquerque Lins a continuar a resistência. Diz estar convencido da vitória contra a candidatura Hermes. Não só porque as bancadas podem mudar de opinião vendo o governo do presidente Penna disposto, como está, a não desistir da candidatura Campista, como por contar o conselheiro com a marinha e boa parte do exército” (47).

A morte do presidente Afonso Pena veio dar, porém, o golpe fatal à candidatura governista. Ascendendo ao poder o Vice-Presidente Nilo Peçanha, partidário de Pinheiro Machado e inimigo político do presidente da República (ver nota 54), a candidatura Hermes livrava-se de seu caráter oposicionista.

O novo presidente tentou apresentar-se neutro em relação ao problema sucessório, afirmando o desejo de governar sem predileção por nenhum dos grupos em luta. Em vista disso, vários núcleos estaduais se abstiveram de firmar quaisquer compromissos definitivos frente à questão.

“A maioria esquivava-se sempre que tem de acompanhar o seu *leader* comprometendo-se na questão presidencial. Diz-se que ha Estados, cujos representantes assignaram o manifesto Hermes, que, em segredo prometteram aos chefes da liberdade civil a sua solidariedade. O que se pode assegurar é que varios deputados hermistas mostram não crer na victoria do marechal. Entretanto, procedem de maneira que, embora não leve a combate franco, fica valendo pela não discrição” (48).

(47) José Vieira — *op. cit.*, pág. 153.

(48) José Vieira — *op. cit.*, pág. 178.

Parece ser verdadeira a afirmação, presente em alguns autores, de que Nilo Peçanha, na visão de que poderia vir a ser candidato dos dois blocos políticos rivais, tomara atitude neutra face ao problema sucessório. Pensou mesmo em renunciar à presidência da República para que Quintino Bocaiúva o substituísse, presidindo uma eleição na qual ele fosse o candidato de conciliação. Mais tarde, ciente da inviabilidade de seus objetivos, resolveu apoiar o grupo político com o qual mais se identificava. Nesse momento, todos os Estados que ainda se equilibravam nos compromissos, sem firmar decisões, ligaram-se à corrente do governo federal.

O grupo paulista que já se havia oposto à candidatura não tinha como, ou, mesmo, não podia recuar devido ao quadro político interno de seu Estado. Tornava-se problemática a composição política em São Paulo pois algumas facções, relativamente marginalizadas na direção da Comissão Executiva do P.R.P., se haviam solidarizado com Hermes da Fonseca, na esperança de conseguir, com isso, emergir do plano secundário a que se encontravam relegadas desde o governo Tibiriçá (1904-1908)⁽⁴⁹⁾. Com o mesmo objetivo todas as oposições estaduais cultivavam a corrente federal rival daquela escolhida pela oligarquia dominante.

Decididas as posições, o grupo da situação em São Paulo acabou por abandonar a candidatura campista em busca de outra com melhores condições para enfrentar o embate com o candidato oficial.

A carta de Rui Barbosa, publicada em vários jornais, já abriera o caminho por onde a oposição iria correr. Desencadeou-se violenta campanha civilista que procurara ferir a candidatura Hermes em seu ponto fraco perante o opinião pública: seu caráter militar. Comandando-a estavam Albuquerque Lins (presidente de São Paulo) e Rui que dera início ao movimento antimilitarista.

Sem muita perplexidade, a chapa civilista foi derrotada por Hermes da Fonseca e Wenceslau Brás nas duas fases da disputa: a eleitoral e a de reconhecimento de poderes.

A descrição do quadro sucessório Afonso Pena evidencia as características da estrutura política republicana, apontadas

(49) Na corrente hermista do Estado de São Paulo encontravam-se, entre outros: Campos Sales, Francisco Glicério, Rodolfo Miranda, sempre mais ligados a Pinheiro Machado e ao Partido Republicano do Rio Grande do Sul.

anteriormente, enquanto ilustra outras complementares. Aponta para o fato de que o presidente da República, enfraquecendo-se em fins de mandato, devia congregar previamente a política dos grandes Estados e compor-se com ela, de modo a encaminhar com sucesso uma candidatura presidencial. Quando, à semelhança dos acontecimentos do período descrito, o executivo federal não chamava a solidariedade maciça de seu Estado, mas facilmente se esboroavam os pretendidos objetivos de controlar uma sucessão nacional. As oposições de alguns Estados não representaram perigo à liderança do Conselheiro Pena; esta se quebrou pela divisão latente entre os próprios seguidores do Catete que aflorou vigorosamente ao se colocar o problema sucessório, patente a fraqueza do Presidente da República junto às forças mineiras.

Parecia a todos os grupos políticos que a ascensão do novo presidente da República não iria alterar o quadro de dominação nos vários Estados. Tudo indicava que este prosseguiria, de um modo geral, com o mesmo aspecto que adquirira no início do século. Sertório de Castro descreve o mapa das oligarquias estaduais em 1904 que corresponde àquela vigente à época da eleição de Hermes da Fonseca:

“Imperavam no norte as oligarquias que constituíam o sólido alicerce do domínio de Pinheiro Machado.

O Amazonas estava, inteiro, nas mãos do Sr. Sylvério Nery, como nas do Sr. Antonio Lemos estava o Pará. Imperava no Maranhão o Sr. Benedito Leite, no Piauí a família Pires Ferreira. O Ceará pertencia à Família Accioly; em Pernambuco, era a vontade soberana e dominante o Sr. Rosa e Silva. (...)

Pedro Velho era o chefe supremo da política do Rio Grande do Norte. Era o da Parayba o monsenhor Walfredo Leal; em Alagoas, imperava a oligarchia dos Maltas;... em Sergipe, dominava um outro sacerdote — monsenhor Olympio de Campos... O Espírito Santo era uma suserania dos irmãos Monteiro... Vicente Machado mandava discricionariamente no Paraná, e o Sr. Borges de Medeiros, que já havia firmado no Rio Grande a era do seu domínio, comprazia-se, por uma questão de orgulho regional, em respeitar a dignidade de chefe

da política nacional de que se revestia Pinheiro Machado...⁽⁵⁰⁾.

Se a sedimentação de oligarquias garantira o fortalecimento do sistema político federativo, também era responsável pela sua fraqueza: não permitia, diversamente do quadro imperial, que os grupos estaduais se revezassem no poder. O governo Hermes da Fonseca corresponderá a um dos momentos em que tal revezamento foi em parte efetivado.

A gestão Hermes da Fonseca iria repousar, aparentemente, nas seguintes forças: Rio Grande do Sul, Estados do Norte, satélites de Pinheiro Machado; Pernambuco e Minas Gerais, o grupo formado por militares mais ligados ao marechal e por familiares do presidente⁽⁵¹⁾ ingressos na política. Tais forças, que se haviam congregado para dar a vitória ao Presidente Hermes, dispersaram-se, entretanto, logo após sua posse, tão frágil eram os laços e tão antagônicos os interesses que as conjugavam no hermissão. A precariedade da base política do novo governo juntava-se o fato de o presidente não possuir raízes políticas em qualquer dos grandes Estados. Assim, diversamente dos presidentes anteriores, não possuía atrás de si um grande partido unificador que o sustentasse no Congresso Federal.

Procurou-se preencher tal lacuna com a rápida criação do Partido Republicano Federal (P.R.C.), chefiado por Pinheiro Machado, que tentou congregar as forças hermistas ao nível federal⁽⁵²⁾.

Aparentemente unidas sob a mesma égide, as correntes políticas do novo partido disputariam ferozmente o controle do campo oficial. Aquelas forças hermistas, fora do poder em

(50) Sertório de Castro — *A República que a Revolução destruiu* — Edição Popular, 1933, págs. 223/224.

(51) Familiares do presidente da República constituíam-se em grupo decisivo na vida política do início do quadriênio. Eram eles: Fonseca Hermes, deputado e líder da maioria na Câmara Federal; Tenente Mário Hermes, ajudante de ordens do presidente da República; Gal. Percilio da Fonseca, chefe da Casa Militar; José Olímpio da Fonseca, comandante da 1.ª Brigada. Prestigiado pelo clã doméstico do governo federal, o Deputado J. J. Seabra era elemento que contribuiu intensamente para a luta da facção militar contra o poder de Pinheiro Machado.

(52) O Partido foi fundado em 17-11-1911.

alguns Estados, ou que, mesmo de posse dele não desejavam compartilhá-lo, viram surgir o momento de se apoderarem da respectiva política estadual.

Com o auxílio do governo federal vários grupos estaduais foram alijados do poder, iniciando-se o período das “salvações” militares, para “a depuração do regime republicano e para defender a democracia.”

“Disputando as conquistas dos estados aparece sempre um soldado, como se o exército quizesse retomar a posição dos primeiros dias da República e como se a propaganda do civilismo houvesse provocado o surto de energias novas. Tendo-se combatido Hermes pelo fato de ser militar, de ser somente militar, a caserna se agrupava a fim de dar uma lição aos homens de casaca... Assim o Piauí sai com Coriolano de Carvalho: Bezerril e Franco Rabelo disputam o Ceará, J. da Penha é o cavaleiro andante do Rio Grande do Norte, o Pará traz a tona mais uma vez Lauro Sodré, Rego Barros pensa na Paraíba, Dantas Barreto se volta para Pernambuco, Clodoaldo se reserva para Alagoas, Siqueira Menezes pensa em Sergipe, Mato Grosso desperta Caetano de Albuquerque, o Espírito Santo se embança para Getúlio dos Santos, enquanto o próprio R. Grande do Sul chega a sentir a ronda de Menna Barreto”⁽⁵³⁾.

Os novos grupos do hermismo, mesmo antes da posse do Presidente Hermes, iniciaram os primeiros movimentos de intervenção nos Estados. Em outubro de 1910 tentou-se contra o Estado do Amazonas, seguindo-se o Estado do Rio de Janeiro cujo controle político era desejado por Nilo Peçanha. Neste último, após as eleições para a sucessão do presidente do Estado (Alfredo Backer) surgiram duas Assembléias fluminenses e dois candidatos eleitos e reconhecidos.

Sob a pressão de um contingente militar que comunicou a tomada do palácio presidencial, Backer se retirou. Tomou posse, então, o candidato escolhido e apoiado pelo centro, ligado a

(53) Costa Posto — *Pinheiro Machado e seu tempo*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1951, pág. 153.

Nilo Peçanha, político hermista que tomava de volta seu feudo político⁽⁵⁴⁾.

Em Sergipe ascendeu ao poder o Gal. Siqueira Menezes, “o mesmo que, antes daquela militarização que ia sofrendo a política, havia pleiteado inutilmente, apesar de amparado por uma boa votação, o reconhecimento para ocupar uma cadeira de deputado como candidato da oposição local”⁽⁵⁵⁾.

No Estado de Pernambuco a situação política achava-se nas mãos de Rosa e Silva. Embora houvesse apoiado a candidatura militar, não era muito bem visto por Pinheiro Machado — como já apontamos — nem por Dantas Barreto, Ministro da Guerra, candidato ao controle político de Pernambuco. Explorando essa rivalidade política, as oposições pernambucanas, fora do poder desde o governo de Floriano Peixoto, juntaram-se para levantar a candidatura de Dantas Barreto à presidência do Estado. Realizaram-se as eleições e, apesar de a máquina oficial estar nas mãos de Rosa e Silva, o que lhe propiciara a vitória nas urnas, a tropa federal, que dominava a cidade do Recife, interveio no Congresso. Este, intimidado e mutilado, reconheceu os poderes do Ministro da Guerra⁽⁵⁶⁾. A Pernambuco seguiu-se a Bahia, Estado desejado por J. J. Seabra, antigo político do esquema Deodoro, ligado a Mário Hermes (filho do Presidente da República)⁽⁵⁷⁾.

As “salvações” estenderam-se por todos os Estados do Norte e Nordeste empregando, ora a oposição estadual, ora as tropas federais, comumente as duas. Apoiava o governo as aspirações de todas as reduzidas oposições estaduais, até então sem qualquer importância na política federal, desde que escolhessem elementos — militares de preferência — bem vistos pelo Catete.

Alarmando-se com a perda de seus próprios feudos, Pinheiro Machado tentou conter o movimento “salvacionista”. Pressionou o presidente da República, que não tomou atitude decisiva, deixando-se dominar pelos acontecimentos. Enviou

(54) Vide Brígido Tinoco: *A Vida de Nilo Peçanha*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1962.

(55) Sertório de Castro — *op. cit.*, pág. 282.

(56) Vide Costa Porto, *op. cit.*

(57) Vide João Mangabeira, *Ruy, o Estadista da República*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1946 e Maria Mercedes Lopes de Souza, *op. cit.*

mesmo um ultimato ao Catete, no qual a Comissão Executiva do P.R.C. observava que a oposição dos Estados não devia sequer contar com a indiferença do governo para as suas agitações partidárias, cabendo-lhe, ao contrário, favorecer os partidos situacionistas e ajudar os correligionários do P.R.C. O ministro da Guerra, porém, convocou uma reunião de generais que fizeram sentir ao presidente a impossibilidade dele continuar sob o domínio de Pinheiro Machado, sob pena de "contrariar seus companheiros de farda". Estava-se ainda na fase em que Hermes se dividia entre os compromissos partidários, necessários à sustentação no Congresso, e o círculo de militares, favorecendo sem sombra de dúvida os interesses políticos dos últimos.

A opinião política era levada, porém, a ver no desencadeamento das salvações um acordo entre militares e Pinheiro Machado, dadas as ligações deste com o presidente e suas responsabilidades na formação do novo governo. Ninguém atentava para o fato — muitos autores o omitem — de que as intervenções, mesmo quando não objetivavam quebrar o poderio pinheirista, acarretaram exatamente isso como consequência.

O senador gaúcho, inicialmente, procurou aproveitar-se das intervenções para colocar em Minas e em São Paulo bases políticas que lhe compensariam a perda de outras.

Se, porém, o Comitê das "salvações" revolucionou a política de quase todos os Estados, nada conseguiu, entretanto, nos três mais importantes: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. As situações específicas desses Estados dificultavam a tarefa dos salvadores. Nem Minas nem São Paulo eram Estados fracos perante o Catete. Seus partidos, apesar das fissuras internas, não se apresentavam dispersos por cisões profundas e minadoras.

Minas Gerais mantinha então uma unidade política, que o tornava um apoio coeso, demasiado importante para que o governo federal se dispusesse a perdê-lo. Além do fato de que uma investida militar sobre Minas poderia ser respondida fortemente pela Força Pública do Estado, a efetiva intervenção importaria no desaparecimento da base legal do poder federal, que daí em diante só subsistiria fora da lei, a qual, diziam os militares querer cumprir.

O Estado de São Paulo era o que oferecia mais motivos de intervenção por parte do governo federal: havia sido o grande sustentáculo do candidato civilista e continuava, no início do governo Hermes, a se colocar oficialmente na oposição. Do

mesmo modo que Minas Gerais, possuía uma força policial em condições de enfrentar o exército numa luta aberta, se este a isso se dispusesse⁽⁵⁸⁾. O P.R.P., à semelhança do partido mineiro, tampouco se caracterizava pela existência de grandes divisões internas. Aquelas facções que se haviam ligado ao bloco hermista não transferiram sua luta interna para o plano federal; arregimentaram-se às outras forças estaduais, unificando a política de São Paulo por completo na escolha de seu novo chefe de governo, Rodrigues Alves. Congregando-se em torno deste problema e obtendo maior participação na renovação da legislatura federal, as forças paulistas unidas, assim, mais uma vez, evitaram um pronunciamento mais violento por parte do executivo federal.

O Rio Grande do Sul, no que se refere a sua política estadual, parecia mais vulnerável que Minas e São Paulo, pois contava com oposição numerosa e agressiva, passível de manipulação por parte dos "salvacionistas". Ela, porém, identificara-se de tal modo com o candidato civilista da sucessão precedente que sua arregimentação se tornava problemática. Era o mesmo grupo político que se havia colocado contra Floriano Peixoto e contra o "militarismo" por ocasião da Revolução Federalista. O ministro da Guerra, Mena Barreto, interessado no controle da política do Rio Grande do Sul, lançou mão de sua possível candidatura à presidência do Estado para atingir tal fim. Uma intervenção federal ser-lhe-ia favorável, portanto, mas em contrapartida a queda de Borges de Medeiros desencadearia um movimento que poderia se alastrar por todo o país. Assim, procurando evitar pronunciamento mais efetivo por parte de Mena Barreto, Pinheiro Machado criou junto ao ministro um desentendimento político do qual resultou seu pedido de exoneração da pasta da Guerra à qual ascendeu o Gal. Vespasiano de Albuquerque, "correligionário certo e leal" dos interesses gaúchos.

Mesmo conseguindo evitar a tomada de seu feudo político, pouca compensação teve Pinheiro Machado com o período das salvações: seus aliados do Norte e Nordeste (principalmente os Lemos no Pará, Aciolly no Ceará e os Malta em Alagoas) haviam sido derrotados; seu próprio Estado vira-se ameaçado e as

(58) O governo do Estado de São Paulo encarregou o chefe da missão francesa, Coronel Balangny, de organizar amplo sistema de defesa nas fronteiras.

situações de Minas e São Paulo continuavam praticamente inalteradas. A recuperação da política riograndense junto ao governo federal ocorreu mais tarde por várias razões: de um lado, o afastamento dos militares mais importantes — Dantas Barreto e Clodoaldo da Fonseca, sobretudo — aquietados no controle de seus feudos estaduais; além disso, outras circunstâncias de menor importância como o desentendimento ocorrido entre Hermes e o grupo familiar e cortesão que o rodeava; por último, mas menos importante, o apoio oferecido pelos Estados de São Paulo e Minas, naquele momento mais inclinados a uma ligação com Pinheiro do que com o “Comitê das salvaçãoes”. Embora a intervenção militar pretendesse e efetivasse somente uma mudança superficial na estrutura política, as conseqüências da desordem causada pela intromissão do exército num domínio monopolizado por paulistas e mineiros acabaram por afastá-los daqueles militares inspiradores das intervenções federais.

As bancadas eleitas para a legislatura 1912-1914 eram o reflexo de situações estaduais novas que se formavam e do prestígio de Pinheiro que se elevava.

Mesmo encerrado o período das “salvaçãoes” militares, não cessaram porém os embates partidários entre alguns militares e familiares do presidente e o chefe do P.R.C.

Mais tarde, por ocasião da eleição de Wenceslau Brás, Dantas Barreto e J. J. Seabra, antigos hermistas e chefes de Pernambuco e Bahia; respectivamente, uniram-se a Minas Gerais e a São Paulo contra o mesmo Pinheiro Machado, inversão natural num universo caracterizado pela ausência de partidos associados por algum programa administrativo ou, menos ainda, por quaisquer doutrinas políticas.

No período final do quadriênio Hermes da Fonseca, o P.R.C. dominou o quadro político nacional, enfrentando esporadicamente, como sempre, questões relativas à situação dos Estados⁽⁵⁹⁾. O governo federal tornava-se de responsabilidade inteiramente riograndense. Procediam do Rio Grande do Sul,

(59) Uma das mais importantes lutas entre Pinheiro Machado e seus opositores surgiu em torno da disputa do Estado do Ceará. Em 1914, o chefe do P.R.C. tentou recuperar o controle do governo cearense, perdido para o Cel. Franco Rebelo pela época das “salvaçãoes”.

Amparada por um “habeas-corpus” da justiça federal, a maioria da Assembléia local transferiu sua sede para a cidade de Juazeiro e declarou deposto o Cel. Rebelo, entregando a chefia do governo a Floro

além do chefe do partido oficial, Barbosa Gonçalves, Vespasiano de Albuquerque, Rivadávia Correa e o Gal. Bento Ribeiro ocupando, os três primeiros, importantes cargos ministeriais e, o último, a prefeitura do Distrito Federal.

No início do movimento sucessório em 1913 surgiu a ocasião propícia para que os Estados de Minas e São Paulo recuperassem a liberdade comprometida com o partido governamental.

Pinheiro Machado surgia como o candidato natural, dada sua condição de chefe político nacional, líder efetivo do Senado, que dominava ferreamente, e de representante do situacionismo gaúcho. Era ainda prestigiado por alguns grupos das Forças Armadas, não obstante as lutas surdas desenvolvidas com outros.

Procurando afastar as possibilidades de sua candidatura, os dois grandes Estados procuraram se aproximar, na tentativa de articular uma oposição. Bias Fortes, do P.R.M., em meados de março escreveu a Rodrigues Alves, do P.R.P., propondo união entre os dois partidos; mais tarde, encontraram-se em Ouro Fino, Bueno Brandão e Cincinato Braga que efetivaram um pacto em nome dos Estados de Minas e São Paulo relativamente à sucessão que se avizinhava.

O P.R.P. estava concorde com respeito à recusa de Pinheiro Machado. Cincinato chegara a escrever a Rodrigues Alves quando se iniciaram os rumores sobre a candidatura gaúcha:

“... Uma circunstância nos determinou agirmos com presteza. É que desde esta manhã estamos informados, por pessoa amiga vinda do Rio, que a candidatura do senador riograndense vai ser lançada “por fas ou por nefas”, se é que já não o está. Essa notícia motivou e apressou para hoje mesmo conferência entre os chefes do partido republicano paulista para resolver oficialmente a respeito da aludida candidatura.

Bartolomeu, ligado ao P.R.C. Floro não teve dificuldade em levar as hostes sertanejas do famoso Padre Cícero, do qual era porta-voz, a uma luta armada contra o presidente do Estado, chegando até Fortaleza. O executivo federal que se recusara a ajudar o governo instituído segundo os desejos de alguns militares, interveio na luta cearense, nomeando como interventor o Cel. Setembrino de Carvalho, supostamente alheio às lutas locais.

A opinião unanimemente adotada é pela impugnação franca e desde já à candidatura referida...”(60).

Em maio de 1913 respondeu Bueno Brandão à política paulista firmando sua posição relativamente à indicação de Pinheiro Machado:

“Reuniu-se hoje a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro... A Comissão representada por todos seus membros resolveu unanimemente não aceitar essa candidatura que não encontra simpatias na opinião pública mineira, com a qual está de inteiro acordo o governo do Estado”(61).

Além da recusa ao nome do senador gaúcho, mineiros e paulistas comprometiam-se a vetar as candidaturas de Dantas Barreto, Nilo Peçanha e a não aceitar a indicação para nenhum de seus correligionários.

O Partido Republicano Mineiro faria política nacional de acordo com o P.R.F., prontos para uma luta eleitoral em favor de um candidato que ambos aceitassem.

O grupo situacionista mineiro, logo após a finalização do acordo — pacto de Ouro Fino como passou a ser chamado — comunicou a decisão ao presidente da República, não obstante, sua fidelidade à política oficial.

Por essa ocasião Rodrigues Alves, Francisco Sales e, novamente Rui Barbosa, apareceram como possíveis nomes a disputar a sucessão.

O primeiro desviou-se da indicação por saber que não receberia o beneplácito do oficialismo, colocando assim seu Estado em nova campanha de oposição. Francisco Sales, membro do P.R.C. e ministro da Fazenda de Hermes, não foi aceito pela totalidade das forças do partido mineiro, nem pelos grupos civilistas ou sequer por Pinheiro Machado. Rui Barbosa, cuja indicação sugeria algumas possibilidades de vitória, acabou não sendo aceito por Dantas Barreto, Oliveira Botelho (chefe do

(60) Guerino Casassanta — “Correspondência de Bueno Brandão”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1958, págs. 40/41/42.

(61) Guerino Casassanta, *op. cit.*, pág. 43.

governo fluminense) e por alguns membros da Comissão Executiva do P.R.P.

Se a candidatura Pinheiro Machado era desejável por alguns antigos políticos do Norte e dos pequenos Estados do Sul, não a toleravam outros ligados ao movimento das “salvações”. Entre estes últimos se destacavam Dantas Barreto e Seabra, já mencionados, além dos partidários de Franco Rebelo e do chefe do Estado do Rio de Janeiro (62).

Após o veto mineiro à candidatura gaúcha, irrompeu um agrupamento no Congresso com o nome de “Coligação” formado pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, e os dissidentes de Minas Gerais e Ceará, congregados na recusa ao predomínio do P.R.C. e ao nome de seu representante à sucessão.

Minas Gerais detinha posição privilegiada: ao mesmo tempo era membro da “Coligação”, na condição de impugnador de Pinheiro Machado, e se associava às hostes governamentais e ao seu porta-voz partidário. Nessa condição, firmou-se junto às forças políticas o nome do vice-presidente da República e um dos chefes do P.R.M.: Wenceslau Brás. A união em torno deste não correspondia aos objetivos da política riograndense, que não conseguira porém enfrentar a força de Minas e São Paulo, avolumada pelo apoio dos demais grupos apontados. As decisões dos demais Estados pareciam tender à “Coligação” que surgia como vitoriosa. Finalmente, foram adotados os nomes de Wenceslau Brás e Urbano dos Santos por todos os

(62) Como vimos anteriormente, a aliança de Nilo com a corrente hermista favorecera-o na consolidação de seu controle da política fluminense. Por ocasião das *démarches* sucessórias, agora analisadas, o ministro Rivadávia Correa, a mandado do presidente da República, consultou o governador fluminense, Oliveira Botelho, sobre o nome de Pinheiro Machado para o seguinte quadriênio presidencial. Foi repelida a sugestão. Se nessa repulsa dava Botelho provas de sua posição individual em relação ao chefe do P.R.C., não havia dúvidas de que sua decisão era ditada pela influência de Peçanha em sua orientação política. Nilo, de outro lado, tomara tal atitude porque sentia possibilidades de sua candidatura, caso articulasse um acordo com Dantas Barreto.

A aproximação entre os Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro, mostrou uma tentativa de formar um terceiro grupo político em contraposição ao de Pinheiro e ao dos Estados de Minas e São Paulo. Negociações devem ter sido entabuladas entre os dois chefes, pois Dantas chegou a lançar o nome de Nilo como candidato à presidência.

partidos situacionistas estaduais. Lançados em agosto de 1913 por uma convenção de coligados e perrecistas, Pinheiro Machado obtinha parcela de vitória, na condição de um dos responsáveis pela indicação do futuro presidente, membro oficial de seu partido.

Rui, que mantinha sua própria candidatura e a de seu companheiro de chapa, o Senador Alfredo Ellis, com o apoio do oficialismo baiano, acabou por desistir do prélio eleitoral. O Partido Liberal por ele criado, tendo em vista defender o programa do civilismo, iria desaparecer logo depois, como sucedeu a outros durante a Primeira República. O revisionismo da Constituição, pretendido por Rui Barbosa e alguns seguidores, não conseguiu criar raízes nos grupos partidários. O repúdio à idéia revisionista, manifestado principalmente do P.R. gaúcho, constituía-se numa defesa contra possível vitória de uma doutrina que implicitamente significava um desafio às posições adquiridas.

A debilitação do poder de Pinheiro Machado pelo militarismo hermista veio permitir melhor funcionamento da orientação política emanada do eixo Minas-São Paulo. A união dos dois Estados que se iniciara no governo Floriano e se firmara com Campos Sales solidificava-se mais uma vez após os reajustes efetuados no quadriênio 1910-1914. Anuladas as pretensões do Rio Grande do Sul, talvez as mais promissoras que tivera até então, a política do "café com leite" passou a controlar a vida republicana até 1930.

O poder do novo presidente solidificou-se paralelamente à decomposição do P.R.C. O chefe do executivo federal não se mostrou disposto a governar submisso ao partido oficial e, após alguns embates em torno da intervenção no Estado do Rio de Janeiro e sobre eleições legislativas, deu-se o rompimento final entre o presidente da República e Pinheiro Machado. O subsequente desaparecimento deste (setembro de 1915) deu o golpe de morte ao partido que chefiava, cuja força provinha de sua militância. Um partido que não representava mais o ponto de vista do executivo federal estava destinado a desaparecer ou ser absorvido pela política do presidente da República. Colocando-se em oposição frontal ao governo federal quebrava o P.R.C. o único laço que realmente congregava ainda seus correligionários. Não possuía programa ou princípios que o tornassem duradouro e agora deixava de ter a única característica que o sustentava enquanto agrupamento político.

Os partidos surgidos até então pautavam-se por ser congregações de forças estaduais sob a égide do governo central, tendo como porta-vozes um Pinheiro Machado no governo Hermes ou um Glicério na gestão Prudente de Moraes. Assim como Prudente sufocara o P.R.F. ao se desligar de Glicério, Wenceslau anulou o P.R.C. ao romper com a orientação de seu dirigente. As correntes que formavam tais partidos poderiam reagrupar-se em outra agremiação, sob outra legenda, mas sempre unidas pelo laço essencial de solidariedade ao poder presidencial ou à política dos Estados de Minas e São Paulo que o incorporavam.

O poder do executivo federal não decresceu ou se hipertrofiou, como querem alguns autores, com o desaparecimento de Pinheiro Machado. Na federação republicana, o presidente sempre deteve grande poder, encontrando sua força na própria estrutura institucional que lhe permitia dominar o Legislativo e manobrar a seu favor os meios de coerção. Assim prosseguirá. A ação executiva de Wenceslau Brás irá se exercer de modo dominador sobre as representações estaduais na medida em que seu poder emana dos grandes Estados num sistema onde continuava a florescer a "política dos governadores".

As eleições subseqüentes, de Rodrigues Alves (1918), de Epitácio Pessoa (1919), de Artur Bernardes (1922), de Washington Luís (1926) e a que antecedeu a revolução de trinta, se desenvolveram dentro das coordenadas de um sistema no qual eram ausentes os partidos nacionais, definido pela "política dos governadores", sob a direção dos Estados de maior expressão sócio-econômica.

A gestão Epitácio (1918-1922), embora possa parecer uma brecha na hegemonia dos Estados mais fortes, representou, não obstante, sua efetivação. Com a morte do candidato eleito, Rodrigues Alves, o P.R.M. e o P.R.P. se congregaram em torno do representante da Paraíba. Anuladas as possíveis candidaturas mineiras e paulistas⁽⁶³⁾ a escolha recaiu sobre um elemento de

(63) A candidatura Altino Arantes, presidente de São Paulo, foi anulada dentro de seu próprio Estado, por não conseguir trazer todas as correntes do P.R.P., e nessa circunstância recusada por Minas Gerais.

Artur Bernardes, presidente de Minas, recém-eleito, optou por se firmar primeiramente dentro de seu Estado, para depois aspirar mais solidamente ao Catete.

A morte de Rodrigues Alves reabriu o debate entre os dois Estados, cujas figuras políticas mais importantes haviam desapa-

pequeno Estado que, forçosamente, iria se apoiar na política das maiores unidades federativas.

A ascensão ao poder de Artur Bernardes, sustentada solidamente pelo presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, deu-se num clima menos propício, intercalado por movimentos de indisciplina militar e civil, adquirindo um aspecto de efervescência, de um certo modo não atingido nos prélios anteriores.

A disputa em relação ao cargo de vice-presidente provocou a união da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no movimento da "Reação Republicana", que lançou Nilo Peçanha e J. J. Seabra, candidatos oposicionistas. Mais uma vez os grupos em luta procuraram mobilizar os elementos militares para a disputa eleitoral. As correntes políticas civis, descontentes com a marginalização junto à presidência da República, procuraram atrair a solidariedade do Marechal Hermes, então presidente do Clube Militar.

Em nada diferiam as convenções que indicavam ao eleitorado a chapa oficial ou a oposicionista, sustentadas, uma e outra, pela elite parlamentar, representante dos mesmos interesses e propósitos, e diversas apenas quanto à nomenclatura das correntes que as apoiavam (governadores e partidos dominantes em seus Estados).

A campanha sucessória atingiu o auge com o episódio das "cartas falsas", contra o exército, atribuídas a Bernardes (64).

recido, substituídas por elementos novos sem grande força no plano federal.

(64) O *Correio da Manhã* publicou no dia 9-10-1921 documentos insultuosos a Hermes e ao exército, cuja autoria era atribuída a Bernardes.

"Amº Raul Soares.

(...) Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use de toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina.

(...) A situação não admite contemporizações e os que forem venais, que é a quase totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões..."

Só mais tarde após o término da campanha sucessória foi confessada a falsidade das cartas pelos Srs. Oldemar Lacerda e Jacinto

Outros episódios ocorreram ainda para a exaltação do movimento militar cujas conseqüências se estenderiam até 1930.

Antes da posse de Bernardes a sucessão presidencial do Estado de Pernambuco veio a se constituir em novo foco de perigosa ebulição partidária civil e militar (65). O chefe da situação pernambucana, Manuel Borba, denunciou da tribuna do Senado as manifestas simpatias de Epitácio pelo candidato oposicionista, acusando-o de intervir no pleito através de força federal sediada no Estado. O Clube Militar, pela voz de Hermes, seu presidente, expediu um telegrama ao inspetor da região, convocando-o a reformular sua posição perante a política pernambucana. Depois de uma série de conversações entre os membros do governo federal foi assinado um decreto que fechava o Clube Militar pelo espaço de seis meses. Ao insurgir-se contra a medida presidencial, o Mal. Hermes foi conduzido à prisão. Em represália, sublevou-se o Forte de Copacabana (1922).

Mais tarde, já eleito e empossado o novo presidente, os atritos surgidos entre Bernardes e alguns grupos militares mais exaltados acabaram por desencadear as sedições armadas de 1924, chefiadas por Isidoro Dias Lopes, e a Coluna Militar sob a direção de Luís Carlos Prestes, globalmente denominadas movimentos "tenentistas".

As questões relacionadas com o setor civil desenvolviam-se da maneira habitual por ocasião da nova gestão presidencial. As unidades, cujas oposições haviam apoiado a chapa vitoriosa, esperavam a recuperação do domínio político em seus Estados. Derrotadas com a "Reação Republicana" as demais procuravam se aproximar do rebanho governista, temerosas de pronunciamentos mais violentos por parte do governo federal. Multiplificaram-se as intervenções, instrumento usual para o término das lutas políticas nos Estados e para assegurar à situação nacional o equilíbrio desejado. Bernardes interveio nas políticas da Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e expungiu do Congresso algumas vozes que haviam formado na oposição.

Guimarães, que afirmaram terem-se colocado a soldo da candidatura Nilo Peçanha.

(65) Dois candidatos apresentaram-se para o pleito sucessório, vago pela morte de José Bezerra. Um, o Sr. José Henrique, sustentado pela política do Senador Manuel Borba; outro, o Sr. Lima de Castro, apoiado pelos elementos oposicionistas que se congregavam ao redor de Dantas Barreto e Estácio Coimbra em coligação.

A mais importante intervenção exercida pelo oficialismo federal foi a que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul, na época da sucessão presidencial. Borges de Medeiros, chefe do governo sulino, era mais uma vez o candidato do P.R. gaúcho, enquanto a oposição local lançava a candidatura de Assis Brasil. Reconhecidos os poderes do candidato situacionista, a oposição, depois de malograda tentativa de acordo, partiu para a luta armada esperançosa de que Bernardes, que recebera seu apoio na campanha sucessória e, inversamente, fora combatido pelos republicanos, intervisse em seu favor.

O presidente da República conseguiu finalmente conciliar os dois lados em luta por meio de um acordo que passou a ser designado pelo nome de pacto de Pedras Altas. Por ele, Borges continuaria no governo do Estado, mas a Constituição riograndense seria reformada, eliminando-se entre outras as cláusulas que permitiam as reeleições presidenciais e a nomeação do vice-presidente pelo executivo.

Algum tempo depois, quando se realizaram as eleições para a bancada federal, sete elementos da oposição gaúcha conseguiram o reconhecimento de seus diplomas parlamentares. Os dois partidos riograndenses vieram a congregar-se sob bases mais sólidas por ocasião de nova eleição no Estado, quando, em "frente única", elegeram Getúlio Vargas para a chefia do governo, até então sob o controle de Borges de Medeiros.

Embora o quadriênio Bernardes transcorresse sobre a constante pressão do estado de sítio, a campanha Washington Luís e Melo Viana à presidência de São Paulo e Minas respectivamente desenvolveu-se sem qualquer oposição por parte dos outros grupos estaduais, correspondendo, mais uma vez, as indicações dos candidatos, à aglutinação da política dos partidos P.R.M. e P.R.P.

Durante os anos vinte, já eram visíveis os sinais de reformulação do sistema político republicano. A prova mais contundente de que as bases federalistas se enfraqueciam, está na revisão da Constituição realizada em 1926, promovida pelo executivo, visando ampliar as faculdades e direitos do governo central perante os Estados ⁽⁶⁶⁾.

(66) O art. 6.º da Constituição foi reformulado alargando os limites do poder de intervenção a ser exercido pelo governo federal nos Estados.

Art. 6.º — O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares nos Estados salvo:

A ampliação da autoridade federal sobre o regionalismo foi patente na interferência na política do Rio Grande do Sul em 1923 que resultou no pacto das Pedras Altas (indicado acima) e, mais tarde, em Minas, por ocasião das eleições presidenciais. Por essa época o Presidente Washington rompeu uma tradição jamais violada no sistema republicano, tentando impor um candidato seu à chefia do governo mineiro.

Mais tarde, no fim de sua gestão (início de 1930), Washington Luís manter-se-ia na mesma linha de quebra de uma das regras fundamentais da "política dos governadores", ao deixar de reconhecer diplomas dos representantes do P.R.M. Não podendo "degolar" toda a bancada, que era a maior da Câmara, o governo federal reconheceu 14 elementos de um pequeno grupo que o apoiara em Minas (Concentração Conservadora) em detrimento do partido situacionista. Interferindo nas decisões do oficialismo de Minas e ferindo a autonomia da Comissão Executiva de seu grupo partidário, o chefe da nação efetivava alteração básica no equilíbrio federal. Muitos mineiros eram de opinião que, a uma intervenção, Minas reagiria violentamente, não se sujeitando aos usuais processos de intimidação desferidos contra os pequenos Estados, pelo presidencialismo brasileiro; e caminhava a idéia, raramente explícita, de que se São

- I)
- II) para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes princípios constitucionais:
 - a) a forma republicana;
 - b) o regime representativo;
 - c) o governo presidencial;
 - d) a independência e harmonia dos Poderes;
 - e) a temporariedade das funções eletivas e a responsabilidade dos funcionários;
 - f) a autonomia dos municípios;
 - g) a capacidade para ser eleitor ou elegível nos termos da Constituição;
 - h) um regime eleitoral que permita a representação das minorias;
 - i) a inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irredutibilidade dos seus vencimentos;
 - j) os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição;
 - k) a não reeleição dos Presidentes e Governadores;
 - l) a possibilidade de reforma constitucional e a competência do Poder Legislativo para decretá-la.

Paulo ousasse interferir na orientação mineira, legitimar-se-ia uma revolução.

Durante o encaminhamento sucessório para o seguinte quadriênio presidencial (1930-1934) deu-se uma cisão entre as políticas mineira e paulista: Minas Gerais aliou-se ao Rio Grande do Sul e à situação paraibana; e São Paulo formou com os outros grupos estaduais na corrente do governo federal.

Torna-se desnecessário refazer toda a teia das articulações políticas que antecedeu a Revolução de Trinta, bastando-nos mostrar alguns pontos gerais do quadro partidário nacional. Júlio Prestes, paulista e líder da maioria na Câmara Federal, surgiu como o candidato de Washington Luís. Antônio Carlos, chefe do governo de Minas, Estado ao qual caberia a Presidência da República dentro dos compromissos firmados com São Paulo, ao se convencer da impossibilidade de contar com Washington ou de fazê-lo desistir da candidatura oficial, aproximou-se da política riograndense. Os dois Estados firmaram um pacto para a indicação do candidato opositorista à chefia do executivo federal. Formou-se a Aliança Liberal que, sobre as máquinas oficiais do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, reunia todas as oposições estaduais, descontentes civis e "tenentes" militares. Os candidatos opositoristas indicados foram Getúlio Vargas e João Pessoa.

Desencadeado o processo eleitoral as urnas deram a vitória às candidaturas oficiais.

Por várias vezes, anteriormente, a maioria dominante havia-se cindido em relação aos nomes indicados à sucessão federal, sem contudo provocar alterações profundas na ordem vigente. Pela primeira vez, entretanto, o presidente de Minas tomava de modo radical e aberto, posição contrária ao oficialismo governamental, e a política do Rio Grande do Sul, por outro lado, apresentava-se menos vulnerável desde a união entre os dois partidos gaúchos. Finalmente, levada pela luta em busca do poder estadual, a política paulista se dividira, surgindo em consequência o Partido Democrático (1926) em oposição ao P.R.P.

Considerada a crise na qual se debatia o país no fim da década de vinte, tal aglutinação de forças opositoristas teve efeito singular, constituindo-se num dos fatores que tornaram viável o desencadeamento revolucionário em trinta.

No sistema que emerge após a revolução, o foco de poder político e administrativo irá se transferir dos Estados para a União. A função de organizar e pensar o país, passou a ser atri-

buída à União, e desses papéis começou a derivar-se o sentido de liderança presidencialista. A transformação crescente da estrutura política nacional e a contínua diferenciação dos grupos partidários estaduais, causadas pela crescente urbanização e industrialização, vão se refletir sobre a organização do poder local, que se desagrega lentamente perdendo sua feição monolítica. Embora ainda hoje, de modo geral, um único grupo domine politicamente o município, vem se tornando comum a presença nas posições do poder municipal de elementos independentes do clã dominante ou mesmo opositoristas. O coronelismo e o regionalismo, não obstante sobrevivam — mais presentes nas eleições legislativas que nas executivas — assumem continuamente formas mais fracas e o processo político nacional em consequência toma nova feição⁽⁶⁷⁾.

Podemos retirar algumas considerações dos acontecimentos aqui descritos. Interessa-nos sua colocação, mesmo em linhas gerais, por corresponderem os momentos históricos analisados a pontos fundamentais de interpretações que vários autores propõem para o estudo da vida política do período.

Como o processo de industrialização teve um grande ímpeto a partir da década de trinta, há uma tendência geral, em se construir uma antinomia política entre a República Velha e o período de Vargas, e a atribuir anacronicamente aos revolucionários de 1930 uma deliberada política industrialista. Nesse contexto, os primeiros anos republicanos, o governo Floriano Peixoto, a gestão Hermes da Fonseca, seriam instantes da presença no poder de uma classe média — a partir da componente militar aí presente — supostamente identificada com os interesses industriais. A campanha civilista, o movimento da "Reação Republicana" e as agitações "tenentistas" corresponderiam a episódios da luta contínua desenvolvida pela burguesia, objetivando a tomada do poder e sua subsequente transformação. As restantes fases do período, logicamente colocar-se-iam como momentos da recuperação do poder pelo latifúndio ou sua sedimentação nele.

(67) Vide Marcos Vinicius Vilaça e Roberto C. de Albuquerque — *Coronéis, coronéis*. Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio de Janeiro, 1965.

Através de estudos sobre as atitudes e ação políticas de quatro coronéis nordestinos, os autores analisam o processo de ruptura da sociedade rural e as repercussões sobre a estrutura do poder "coronelista".

Na realidade, os estudos feitos sobre a evolução brasileira, parecem indicar que o processo de industrialização formado no país, não se desenvolveu nos moldes da instauração da ordem econômica competitiva clássica. O desenvolvimento industrial não se formou em antagonismo com o setor exportador. A complementaridade dos interesses que ligavam as duas esferas econômicas vem firmando que não se constituiu no país uma ideologia industrialista capaz de projetar-se significativamente no nível político.

No período assinalado, os interesses urbanos-industriais se beneficiavam do quadro montado para atender as reivindicações da atividade exportadora. A política de defesa do café estabelecida durante a República Velha, operava em dois sentidos como beneficiária do mercado interno. Primeiramente ao manter a renda agrícola, sustentava sua redistribuição em pagamentos diversos, fundamental ao crescimento do mercado; segundo, a desvalorização da moeda, consequência da política cambial então desenvolvida, ao dificultar as importações, constituía-se em instrumento de projeção às indústrias já instaladas⁽⁶⁸⁾.

Alguns autores, ao sobrestimarem a importância do setor voltado para o mercado interno e a contradição entre este e o núcleo cafeeiro, são levados a ver os governos republicanos apontados como representantes de um e outro pólo econômico, desenvolvendo medidas que alternadamente os favorece ou desfavorece. A constatação de que, do crescimento do núcleo cafeeiro se nutria o organismo econômico do país, conduz à afirmação de que os objetivos da ação estatal se referiam ao atendimento das exigências de crescimento daquele núcleo e não às reivindicações do mercado interno destituído de importância vital. Favoráveis ou desfavoráveis a este, as medidas governamentais parecem ter sido movidas pelo fim primário de defender a atividade básica da economia, influenciando só secundária e acessoriamente a urbano-industrial. Sob essa perspectiva devem ser vistas a política econômico-financeira (emissão e crédito fácil) instaurada pelo primeiro ministro da Fazenda Rui Barbosa e a de deflação e saneamento da moeda do governo Campos Sales. Inflacionistas ou deflacionistas, as várias fases não representavam ascensão ou queda de interesses econômicos contraditórios: fo-

(68) Vide Celso Furtado — *op. cit.*, caps. XXVI, XVII e XXVIII.

ram sempre respostas diversas do governo às diversas variações das exigências cafeeiras.

Desse modo, não se mostra muito adequada a idéia de que na história política do período ocorressem instantes de "reforço" do latifúndio precedidos por uma fase de enfraquecimento (quando se vê obrigado a partilhar o poder com outros grupos) ou de ascensão da burguesia seguida pelo seu desalojamento do domínio político. Não se quer negar o predomínio do setor agrícola no quadro econômico da Primeira República, antes ver que o núcleo voltado para o mercado interno não se encontrava esmagado pelos interesses agrários aos quais se vinculavam, ou oprimido pelo *status quo* vigente onde encontrava condições de existência e desenvolvimento.

Vem sendo também exagerado o papel da classe média urbana brasileira no processo político do período. O conhecimento das limitações sociais e políticas desses setores, mostra a dificuldade de se imputar a eles condições de formular uma perspectiva própria de acordo com seus interesses de classe em relação às instituições políticas ou ao processo de produção vigente. Numericamente inexpressiva, socialmente dependente das classes dominantes (sendo em boa parte composta de ramos empobrecidos das famílias oligárquicas) identificadas às atitudes e valores tradicionais, a classe média não parece ter conseguido ultrapassar o plano das definições eleitorais ou de reivindicações liberais que são ao mesmo tempo pontos de referência ideológicos da elite dominante.

A composição social do Brasil neste período é um problema ainda não suficientemente estudado; o que nos parece certo, contudo, é que dada a pequena extensão e profundidade dos conflitos entre interesses agrários e urbanos, não é possível montar esquemas explicativos do processo político em torno dessa luta aparente. Como mostra Celso Furtado, um dos aspectos básicos do drama político brasileiro é o não surgimento de uma oposição inofensiva entre aquelas esferas econômicas.

Os períodos mais detalhadamente vistos nessa exposição podem ser encarados sob outra perspectiva.

A república federativa, antes que consequência de progressiva ascensão burguesa, correspondeu às exigências de maior autonomia e expansão da região cafeeira, vindo ao encontro dos interesses das outras providências primário-exportadoras que reivindicavam do mesmo modo o afrouxamento dos laços centralizadores. Dada a crise política, referida a deteriorização das insti-

tuições imperiais, a inquietação militar tomou corpo, revelando-se ao mesmo tempo indício dessa crise e instrumento que efetivou a passagem para a nova ordem republicana. A subsequente fluidez do poder, exigiu a manifestação militar e os próprios civis exigiram sua intervenção no processo político, ausentes os caminhos institucionais por onde este pudesse correr. As disputas pelo poder estadual, resolvidas pela intervenção armada assim como a dispersão das forças que não se haviam ainda integrado partidariamente, as revoltas civis e militares, tornaram fundamental e necessária a intervenção do exército. Sua ação foi básica e imprescindível na adaptação das práticas do regime federativo e presidencialista às circunstâncias do país.

O governo Floriano Peixoto pode ser colocado mais como um momento de reajustamento do processo político federativo em crise, que um "governo onde a classe média fez seu primeiro ensaio de radicalização, marcada pela ideologia de classe". A ascensão militar realizou-se sobretudo em nome dos interesses expressos no partido que mais simbolizava as reivindicações exportadoras: o P.R.P.

Há a considerar que tampouco é significativa da pretensa luta entre interesses agrários e urbanos, a sucessão de Afonso Pena. As atitudes assumidas pelos dois candidatos ou pelos grupos que os representavam jamais os qualifica como representantes de interesses econômicos contraditórios. Hermes da Fonseca nunca se fizera ouvir em relação a uma linha política econômica; Pinheiro Machado que lhe garantira a vitória fora, por seu turno, um dos grandes sustentadores dos interesses cafeeiros na defesa do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão. Francisco Sales, ministro da Fazenda do governo Hermes e Nilo Peçanha que dirigira a eleição e dera posse ao Marechal, eram os mesmos que haviam assinado o convênio cafeeiro em 1906, então como presidentes de seus Estados. Rui Barbosa, por outro lado, não apresentou uma plataforma que se destacasse por trazer alguma inovação na linha político-econômica ou mesmo uma explicitação contrária ou de apoio aos interesses da lavoura cafeeira. Mineiros e paulistas — como podemos observar pela descrição do embate político — acreditavam que a vitória de um outro candidato, findada a gestão Afonso Pena, não afetaria profundamente o prosseguimento da conduta econômica até então seguida pelo executivo federal.

Por outro lado, a ascensão de elementos militares ao governo em 1910, não nos permite antever quaisquer divergências

mais profundas entre eles e os representantes das oligarquias, a não ser aquelas referentes à partilha pelo poder. Foram os grupos dominantes ou sustentadores da candidatura do ministro da Guerra à presidência da República. Seu reconhecimento no Congresso foi possível pelo apoio da minoria das bancadas estaduais ligadas ao sistema político vigente, que da mesma forma o sustentou posteriormente no exercício de suas funções executivas.

As "salvações" que se sucederam são comumente vistas como uma afirmação antioligárquica de um governo que se identificava com uma ideologia de classe média.

A partir de outra perspectiva podemos ver que a deposição das oligarquias teve como alvo e consequência colocar outros tantos grupos semelhantes nos Estados. Representava antes um revezamento no poder de duas alas, com as mesmas características sócio-econômicas que não encontravam possibilidades de compartilhar a dominação política. Realizando as "salvações", o exército de um certo modo exercera a função do poder moderador no Império, que, ao permitir a alternância entre gabinetes conservadores e liberais procedia ao revezamento das cúpulas políticas provinciais.

O sentido antioligárquico do governo Hermes perde um pouco de sua força quando se atenta para o fato de que as intervenções não tocaram nos grandes redutos, símbolos mais patentes de uma ordem, que supostamente se pretendia mudar: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Certamente a tarefa salvadora fora dificultada aí porque eram Estados que possuíam poderosa força pública (como São Paulo e Minas) ou milícias armadas e corpos "voluntários" (como no Rio Grande do Sul). O fundamental porém é que as facções "salvacionistas" não desejavam o desencadeamento de uma guerra civil, fatal consequência de um embate com aquelas forças. Identificadas basicamente com o *status quo*, não propugnavam pela sua transformação, que certamente compensaria uma revolta armada e pressionaria seu desencadeamento. Os interesses dos militares se dirigiram à obtenção do poder nos Estados para si próprios ou para as facções a que se ligavam. Com esse intuito intervieram sempre que a estrutura local permitia sua inserção sofrendo "salvações" os Estados nos quais as oposições se deixaram utilizar, permitindo ou desejando a intervenção militar. Cansados do ostracismo a que estavam relegados dentro do quadro da "política dos governadores", os

grupos oposicionistas encontraram em alguns oficiais o instrumento para a subida ao poder. Minas e São Paulo, diversamente constituídos em relação aos outros Estados, isto é, com um quadro político mais compacto, sem divisões profundas ou oposições aguerridas, acabaram por frear as tentativas armadas. Por outro lado parece ser fundamental para o esclarecimento de algumas "derrubadas" o fato de que, comumente, os militares que assumiram os postos de mando após as intervenções representavam grupos que haviam sido apeados do poder nas gestões Floriano, Prudente de Moraes ou Campos Sales. Assim se opunham às oligarquias que haviam colocado seus prosélitos e familiares numa situação de marginalidade da qual não saíam tão facilmente. Não menos significativos do que vimos afirmando são os relatos históricos que mostram como os novos governantes militares ou seus porta-vozes percorreram o mesmo caminho utilizado pelas oligarquias depostas em relação ao processo eleitoral e político: atas falsas e votos de cabresto continuavam comuns nos Estados salvados onde campeava, como sempre a pressão policial e judiciária.

Nesse período, como em anteriores (no golpe de 23 de novembro e na campanha sucessória em 1909) o comportamento do exército, pode, de um lado, ser compreendido como equivalente ao do grupo civil, isto é, inúmeros setores que se aglutinavam e se separavam de acordo com as direções da luta pelo poder. Por outro lado, porém, era superior aos outros por deter a força armada, e nessa condição o grupo militar fez uso dela para garantir o *status quo* em nome dos interesses de grupos de elite civil, que no todo ou parcialmente coincidiam com os seus.

Parece frágil, da mesma maneira, a suposição de que o movimento revolucionário de 30 mostrou-se como a continuação de anteriores expressos na campanha civilista ou na "Reação Republicana". O fato de todos ostentarem a mesma bandeira liberal, não era indício da existência de uma corrente política seqüente, irmanada pelos mesmos ideais. Os grupos políticos que se uniram em 1910 eram diversos daqueles que desencadearam o movimento da Reação Republicana ou do movimento da Aliança Liberal, unidos em alguns momentos, separados em outros mas sempre congregados primordialmente pelo objeto comum de ascender ao poder. Dentro do sistema republicano, um programa iniciado e sustentado pelos próprios grupos detentores do poder sócio-econômico somente podia se

definir pela denúncia dos costumes eleitorais corrompidos que asseguravam o controle do poder às facções contra as quais se opunham. A existência de um aparato jurídico, não cumprido na prática política, permitia à oposição oligárquica a formulação de um programa liberal que reivindicava sua efetivação; o que não deixava de ser o horizonte mais longínquo de seus iguais no poder.

A ocorrência de cisões na cúpula civil dominante estimulava a participação do grupo militar na condição de guardião da ordem institucional. Sempre que se via envolvido, ou se envolvia no debate político, o setor militar expressava — formalmente muitas vezes — a função de árbitro que o corpo político lhes destinava. Motivado ou não pelo objetivo de assumir o poder, afirmava que agia porque era seu dever intervir em tempos de crise para salvar a nação. Tal preceito iniciado nos primeiros anos de República, firmou-se entre os militares, muitas vezes pela falsa consciência de si próprios, aliada à atitude dos civis que os atraía para a arena política toda vez que sentiam perigar o país e com ele seus interesses.

A função do exército (que reunia condições para se constituir no mantenedor da ordem ou no fator de transformação do regime) dentro da estrutura político-administrativa, parece melhor elucidar o comportamento militar, do que uma problemática composição social⁽⁶⁹⁾ que faria dele o representante dos setores intermediários da população e a expressão de suas reivindicações políticas.

A agitação "tenentista", não deve ser vista como o motor da queda das instituições políticas republicanas ou compreendida em termos de um pseudo-embate latifúndio-indústria. Sua crítica reformista surge como uma componente dentro de um difuso complexo ideológico que expressava uma necessidade de modernização do país, permeando também as classes tradicionais, desenvolvido no bojo de um processo que se referia à ruptura

(69) A idéia, presente em vários autores, de que o exército assumia um caráter mais democrático por proceder majoritariamente dos setores pobres ou médios da população, necessita de maiores nuances. É preciso ver, entre outros pontos certamente, que se a incorporação militar significava para alguns grupos, ascensão social e econômica, comumente se revelava também como possibilidade de não descer mais na escala social. Menos no Sul que no Norte e Nordeste onde a crise econômica era contínua e a mobilidade social menos flexível, o ingresso de elementos da classe agrária não era incomum.

do sistema federativo. Essa crise institucional dizia respeito, em grande medida, à necessidade de reformulação das relações do Estado com um organismo econômico que passava a exigir atuação não somente sobre alguns focos regionais mas sobre as exigências de seu conjunto.

A superação da ordem federativa descentralizada, já perceptível nos anos vinte, encontrou condições de viabilidade para seu desencadeamento em 1930, efetuando-se de forma mais nítida com a promulgação do Estado Novo.